

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

23 a 29 de setembro de 1991 nº 7

ÁFRICA DO SUL À ESPERA DE PAZ

O Acordo Nacional de Paz assinado, em Joanesburgo, semana retrasada, por um total de 32 organizações envolvendo grupos religiosos, sindicatos, partidos e representantes do mundo dos negócios, encabeçados, naturalmente, pelas três principais forças políticas do país: o governamental Partido Nacional, o ANC e o Inkatha.

A assinatura do acordo não foi, contudo, suficiente para criar um clima de distensão. Continuam existindo, na prática, três exércitos: o do governo, o do Inkatha — que logo após a cerimônia desfilou portando as chamadas "armas tradicionais" — e o do ANC (Inkhonto we Sizwe ou MK) que anunciou manter-se "alerta até que as condições permitam a sua desmobilização."

Ao mesmo tempo, em Pretória, no congresso do ultra-racista Partido Conservador o clima era de rebelião contra o governo De Klerk (pp. 22 e 29).

SUMÁRIO DO ACORDO DE PAZ ASSINADO POR DIFERENTES PARTIDOS POLÍTICOS NA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL EM 14 DE SETEMBRO DE 1991.

Enumera os princípios do acordo, e as medidas fundamentais que foram aprovadas para o estabelecimento de uma democracia multi-racial na África do Sul, incluindo o código de conduta para os partidos e organizações políticas, o código de conduta das forças de segurança (reforçando a imparcialidade da polícia), as medidas para a reconstrução sócio-econômica, a regulamentação de uma comissão de inquérito para a prevenção da violência e intimidação públicas, entre outras. (p. 21)

EDUARDO SANTOS NA CASA BRANCA - VINTE MINUTOS DE ÊXITO (Angola)

O presidente angolano teve, semana retrasada, em Washington, um encontro de 20 minutos com o presidente Bush. O presidente americano esclareceu

que o reconhecimento diplomático do governo angolano só será feito após as eleições de setembro de 1992, e até lá não será suspensa a ajuda norte-americana à UNITA.

No entanto, a visita de J. Eduardo dos Santos pode ser considerada um sucesso. Um alto executivo dos petróleos chamou-o de o "Gorbatchov africano". Com esta visita, o MPLA pode afirmar aos eleitores que a UNITA não é a única força que mantém relações com os EUA. A Casa Branca prometeu colaborar com qualquer governo angolano saído das eleições. Assim sendo, os eleitores não precisam temer represálias americanas; podem votar em segurança no MPLA [Alusão ao que ocorreu na Nicarágua, onde muita gente votou contra os sandinistas com receio da continuação da guerra].

Na área econômica, a empresa Boeing [maior fornecedora de aviões a Angola] ficou de liderar o processo pelo levantamento das sanções econômicas dos EUA a Angola. (pp. 06 e 08)

PAIGC CONTESTADO (Guiné-Bissau)

"NINO" CONTRA RENOVADORES

Os membros do movimento "carta dos 121" acusaram a direção do PAIGC de recusar-se a adotar medidas no sentido de democratização e da renovação necessárias ao processo de transição vivido pelo país. O movimento tem uma assembléia marcada para o dia 28/9 para definir a sua estratégia. Em contrapartida, o presidente "Nino" Vieira criticou fortemente o "grupo dos 121" e a oposição, afirmando não poder esta imputar ao governo as suas dificuldades. "Nino" Vieira anunciou ainda que o governo irá fixar o preço dos produtos de 1ª necessidade, devido à sua crise econômica. (p. 14)

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS A 15 DE DEZEMBRO (Cabo Verde)

PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE

Estão marcadas para 15 de dezembro as primeiras eleições municipais. Além do Movimento para a Democracia, o PAICV e a União Cabo-Verdiana Independente, poderão concorrer grupos de cidadãos sem ligação partidária.

Cabo Verde, segundo seu primeiro-ministro, Carlos Veiga, vai dar início às privatizações. As prioridades são a redução do setor público, o desenvolvimento da pesca, do turismo e dos serviços.

Segundo Veiga, com a exceção de setores estratégicos como as pescas e as telecomunicações, não haverá limites ao capital estrangeiro.

Os recursos dos imigrantes terão um papel fundamental para a criação de uma classe empresarial nacional. O governo propõe criar outros mecanismos de participação política, tornando mais ampla a legislação de dupla nacionalidade. Quanto aos investimentos, até agora concentrados nas áreas da construção civil e dos transportes, serão atraídos para setores produtivos. (p. 11 e 12)

PAZ MOÇAMBICANA

A Renamo afirmou que o reinício das conversações em Roma com o governo de Moçambique está dependente dos encontros prévios e separados que a mediação italiana deseja manter com o seu chefe Afonso Dlakhama e o Presidente Joaquim Chissano. (p.17)

SÃO TOMÉ: INVESTIMENTO PORTUGUÊS DIVERSIFICA A ECONOMIA AGRÁRIA

A desvalorização da dobra, moeda nacional (ver clipping nº 01, pp.VI e 20) é vista como positiva para o incremento dos negócios pelos investidores, especialmente no que diz respeito ao escoamento da produção de cacau (base da economia, junto com o café). Mas existe uma tendência para a diversificação dos investimentos, havendo dinamismo no setor das obras públicas (com concurso de capitais mistos). Empresas de vários países investem ou realizam estudos sobre a possibilidade de fazê-lo, objetivando a diversificação das culturas, encontrando sérias dificuldades, todavia, com o problema da circulação das mercadorias: o sistema de transportes é inadequado e insuficiente. O governo de M. Trovoada dispõe-se a enfrentar os desafios, mas tem como primeira provação a ameaça da FAO de cortar o envio de víveres, o que pode causar um aumento maciço da fome. (p. 18)

NOVAS NAÇÕES À VISTA (África Geral)

Após a independência da Namíbia, novas nações poderão surgir em África: no Saara Ocidental; na costa Leste, a Eritrêria; e, segundo alguns analistas, o Sudão também poderá ser dividido. (p. 01)

O MERCADO DOS PALOP NÃO É UMA RESERVA DE CAÇA (PALOP)

Durante recente conferência na Associação Portuguesa de Economistas (APEC), o Secretário de Estado de Cooperação, Durão Barroso, advertiu os economistas que "o mercado dos PALOP não é uma reserva de caça". Isto, porque o grande segredo dos investimentos naqueles países africanos — devido aos seus problemas de escassez "em quase tudo" — não está em vender, mas em articular esta capacidade com a garantia de serem pagos, pois o retorno dos investimentos não será imediato.

As iniciativas empresariais nos PALOP devem criar prioritariamente mercados internos, que absorvam a riqueza produzida e resulte em riqueza social para as comunidades envolvidas.

Quanto à cooperação portuguesa nos setores agrário, construção civil, automobilístico, saúde, culinária, corte e confecções, puericultura, assistência social e outras, deverá iniciar-se a curto prazo e com fins humanitários, deixando a ajuda estrutural para médio e longo prazos. (p. 02)

ESPAÑA INCREMENTA COMÉRCIO COM PALOP

Angola, Guiné-Bissau e Moçambique aumentaram significativamente suas exportações para a Espanha este ano (Angola apresentou um aumento da ordem de 289% em relação ao mesmo período no ano passado, Moçambique 203,5% e Guiné-Bissau 154%). Angola e Guiné-Bissau diminuíram seu déficit na balança bilateral (ainda grande), e Moçambique registrou um saldo favorável -

vel na mesma (único dos PALOP a consegui-lo). O volume de comércio entre a Espanha e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe permanece bastante reduzido. (P. 03)

RTC ABRE CONCESSIONÁRIAS EM TODOS OS PALOP

A Radiotelevisão Comercial (RTC), empresa líder do setor publicitário em Portugal, pretende construir empresas concessionárias de publicidade televisiva nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. O projeto deve iniciar-se, já no próximo ano, em Angola e Moçambique. (p.04)

DESCOBRIR OS PALOP NUM ANDAR EM LISBOA

O Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral (CIDAC), localizado em Lisboa, tem um acervo composto basicamente no período pós 25 de abril, e permanece aberto ao público diariamente das 15 às 19 horas. O CIDAC possui uma biblioteca de 3.000 volumes, uma seção de periódicos com com 150 jornais e revistas dos PALOP, uma coleção de recortes de imprensa, e uma seção de documentação, com vinte mil documentos vários, alguns de grande interesse. (p. 05)

SAVIMBI VAI A LUANDA (ANGOLA)

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, chega a Luanda no dia 27 de setembro; a tempo de participar no comício do seu movimento programado para o dia 28. Finalmente, Savimbi reconhece que, com o processo eleitoral em curso, não pode mais permanecer na longínqua Jamba. Em seu percurso até a capital ele visitará Huambo, Lubango e Lobito.

O líder guerrilheiro permanecerá na capital angolana até o dia 6 de outubro, quando então partirá para os EUA a fim de realizar contatos com a administração norte-americana. (p.07)

) MANDATO DE CHISSANO PARA A MUDANÇA (Moçambique)

A news-letter do SARDC (Centro de Pesquisa e Documentação da África Austral), editado no Zimbábue, faz uma análise detalhada do VI Congresso da Frelimo (ver clipping nº 3, pp. 1 e 16, 24 e 28) e enumera os novos dirigentes eleitos (p. 15 e 16)

TRAFICANTES DE ESCRAVOS ATUAM EM MOÇAMBIQUE

O administrador da Namaacha declarou que "diariamente centenas de caminhões transportam jovens provenientes das províncias do Maputo, Gaza e Inhambane, no sul do país, que são vendidos a agricultores sul-africanos". Os traficantes de escravos aproveitam-se da situação de desespero desencadeada pela Renamo no Sul de Moçambique para efetuar esse recrutamento de tipo escravista. (p.17)

MY VISION FOR SOUTH AFRICA

Discurso pronunciado pelo líder do Inkatha, Mangosuthu G. Buthelezi, em junho de 1991 na Fundação Heritage, conhecida por suas posições ultra-conservadoras. (p.19)

A ESPADA DE DÂMOCLÉS (África do Sul)

A violência na África do Sul está atingindo níveis insustentáveis. As estatísticas reveladas recentemente mostram que nos últimos 15 meses, 22 mil pessoas foram assassinadas — número sete vezes maior ao das vítimas causadas pela violência política [cerca de 3 mil]. Uma estimativa com base em indicadores do ano passado apontam: 15.109 assassinatos e 125 mil assaltos à mão-armada. A elite branca do país vive sob pânico e super-protegida por companhias de segurança. (p.28)

ESTATÍSTICAS DO APARTHEID (África do Sul)

Inclui número de pessoas mortas em conflitos políticos (no período de janeiro de 1985 a junho de 1991, 10.589), número de pessoas acusadas de violência pública, número de prisioneiros políticos, entre numerosos outros dados. (p.31)

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE SETEMBRO DE 1991

ÁFRICA**Novas nações
à vista**

O NASCIMENTO de novas nações também está a processar-se a ritmo acelerado em África. Funcionários da ONU continuam a gabar-se do hábil trabalho que fizeram conduzindo a Namíbia para uma independência pacífica com um sistema pluralista. E esperam repetir o êxito no outro extremo do continente, no Saará Ocidental, onde a guerrilha da Polisario defronta o exército marroquino desde 1975, lutando pela independência. Há duas semanas entrou em vigor um cessar-fogo negociado pelas Nações Unidas para permitir que equipas da ONU preparem um referendo sobre a independência.

O rei Hassan II acha que investiu tanto na região, que vai ganhar o referendo, e jurou que o território continuaria a fazer parte de Marrocos fosse qual fosse o resultado. O rei tem o Exército para impor a sua vontade, mas funcionários da ONU dizem duvidar que, depois de eles terem começado a trabalhar no país, o rei ousasse sujeitar-se ao opróbrio internacional ignorando os resultados. E assim, Janeiro poderá testemunhar o nascimento de mais uma nação.

Na costa Leste, a guerrilha da Eritreia, depois de ter derrotado o regime de Mengistu, está determinada a fazer com que a sua luta de 25 anos pela independência dê finalmente frutos. Adis-Abeba parece aceitar este resultado como inevitável, embora ainda haja que negociar os pormenores. Ao lado, a queda do regime de Siad Barre já provocou a divisão, de facto, da Somália em duas. Alguns analistas pensam que a divisão será também o desfecho no Sudão.

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE SETEMBRO DE 1991

**Rodrigo Leite
na Transinsular**

RODRIGO Leite, presidente da Tertir, poderá assumir a presidência da Transinsular no decurso da assembleia geral que está marcada para o final do mês. As mudanças na administração são uma consequência da transferência do controlo da transportadora para as mãos da Tertir, E.A. Moreira e dos belgas da Exmar, ocorrida há pouco mais de três meses. Rodrigo Leite sucede no cargo a João de Carvalho, nomeado pelos anteriores accionistas afectos a Stanley Ho, prevendo-se que do actual corpo administrativo apenas se manteriam um ou dois membros, entre os quais Rui Moreira.

Entretanto, decorreram esta semana em Bruxelas contactos entre os accionistas portugueses e a Exmar no sentido da constituição de «joint-venture» com empresas que prestem apoio ao projecto da Transinsular de operar nas rotas dos PALOP.

'O MERCADO DOS PALOP

NÃO É UMA

por Eng. Camilo
Silveira da Costa

Com 22.9.91

RESERVA DE CAÇA'

Recentemente, numa conferência promovida pela Associação Portuguesa de Economistas (APEC), o Secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, avisou os economistas presentes de que "o mercado dos PALOP não é uma reserva de caça", e disse porquê.

Lembrou-lhes que em termos de investimento naqueles países africanos, o grande segredo não está em vender, uma vez que defrontam problemas de escassez "em quase tudo", mas antes articular esta capacidade com a garantia de serem pagos. Por isso, uma das maiores preocupações que se podem levantar aos empresários portugueses tem a ver com eventuais demoras no retorno do investimento.

Fez questão de salientar que os empresários portugueses terão de se adaptar às novas situações e realidades daqueles países e que o dito retorno não será imediato.

Um interlocutor da APEC disse que "1991 se perspectiva como ano das grandes definições nos países africanos e, actualmente, existe um clima de possibilidade de investimento e deslocação de quadros portugueses para os PALOP", acrescentando que "com a iniciativa da conferência se pretendeu proporcionar a troca de opiniões sobre esta matéria entre os empresários e os técnicos".

Em nossa opinião, é de facto, necessário que os empresários e outros agentes económicos do desenvolvimento se mostrem sensíveis a participar em iniciativas nos PALOP, de modo a que se crie prioritariamente um mercado interno, ou seja, que a riqueza produzida pela(s) empresa(s), resulte em riqueza social para as comunidades envolvidas. Isto é, para uma empresa sobreviver necessita de potenciais compradores internos que, em percentagem elevada, vivem da agricultura.

De contrário, ver-se-á travado ou dificultado o processo de aceleração de qualquer actividade produtiva, em virtude do rendimento da população dominante ser pequeno e aplicado quase exclusivamente às necessidades de ordem alimentar.

Pergunta-se: sendo assim, como deverá actuar a cooperação portuguesa?

Com base no largo curriculum profissional africano que temos como licenciado pelo I. S. Agronomia de Lisboa e experiência na coordenação de cursos profissionais, a cooperação portuguesa deverá, numa medida vál-

ida de presença, incidir principalmente na preparação de formadores dos mais diversos âmbitos de actividade, como seja o agrário, a construção civil, o ramo automóvel, a saúde e outros, e, para os jovens, a culinária, o corte e confecções, a puericultura, o da educadora de infância, assistente social e outras.

Ainda mais como medida de ajuda aos graves problemas de fome e da desnutrição, o primeiro curso deverá recair na preparação de Formadores Agrários tropicais. Isto é, a cooperação portuguesa deverá iniciar-se a curto prazo e com fins humanitários, deixando a ajuda estrutural para médio e longo prazo.

Com estes cursos tropicais procurar-se-á dar aos jovens de Portugal e dos PALOP uma qualificação que lhes permita maior inserção no mercado de trabalho, em actividades produtivas que conduzam ao desenvolvimento, e simultaneamente propiciar condições de acesso a níveis sócio-económicos mais elevados, além de contribuir para uma diminuição do êxodo, rumo às zonas urbanas, da taxa de desemprego e da emigração.

Os formadores que saíam destes cursos tropicais têm de estar preparados para se aperceber das vantagens das novas tecnologias do dia-a-dia, no sentido do aumento da produção unitária das culturas alimentares e de rendimento, permitindo transitar da agricultura de subsistência para a de mercado e, com esta, o camponês passar a ter poder de compra e de troca.

Os monitores e os módulos e temas que constituem o programa da acção, são as chaves principais do sucesso do curso.

Os primeiros terão de possuir curriculum profissional de África que os identifique com a realidade sócio-cultural das populações dos PALOP.

Quanto aos módulos e temas do programa do curso tropical, terão que se enquadrar na ecologia tropical.

Outro elemento importante são os alunos que o vão frequentar. Somos de opinião que nos primeiros cursos se de-

veria dar prioridade de inscrição aos jovens provenientes de missões religiosas de Portugal e dos PALOP, o que seria à partida "um garante", não só pela sua formação como também pela sua vocação humanitária e pedagógica. Isto é, quanto mais capacitados forem os formadores tropicais, melhor responderão às novas técnicas e aos novos métodos, hoje à disposição dos agricultores mais evoluídos, de modo a que o camponês os compreenda, os discutam, os aceitem e, finalmente, os apliquem.

Em suma, os formadores que saíam dos cursos têm de estar preparados para consciencializar as populações, visto as práticas tradicionais retrógradas serem manifestos factores de atraso, no desejado ritmo do desenvolvimento sócio-económico pretendido, por isso terão de saber introduzir um eficaz sistema de ensino teórico-prático.

Felizmente, segundo julgamos, ainda no corrente ano vai iniciar-se em Lisboa o I Curso de Assistente Agrário Tropical, a ser levado a cabo por uma ONG (Organização Não Governamental) portuguesa.

Trata-se do CICD (Centro Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento), que terá, na realização deste curso, o apoio pedagógico do Instituto de Investigação Científica Tropical e os apoios financeiros do Instituto para a Cooperação Económica (Ministério dos Negócios Estrangeiros) e da Fundação Lord Michelham of Hellingly - Suíça, além da colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian e a ONG "CHIKOS" - Cooperação e Desenvolvimento.

Esperamos que este primeiro curso venha abrir as portas à efectuação de cursos similares para as juventudes de Portugal e dos PALOP, de modo a que se acentue com firmeza a ligação entre os sistemas educativo e de formação profissional e o sistema produtivo, com a ajuda valiosa de língua comum, sem dúvida um veículo importante de comunicação a ser utilizado entre os intervenientes-formadores e formandos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
23 DE SETEMBRO DE 1991

Espanha incrementa comércio com PALOP

Angola e Moçambique aumentaram este ano as suas exportações para a Espanha, enquanto Cabo Verde nada exportou durante os sete primeiros meses e S. Tomé e Príncipe só vendeu produtos no valor de seis milhões de pesetas (cerca de 8,4 mil contos).

Dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, só Moçambique registou um saldo comercial favorável com a Espanha durante os sete primeiros meses do ano, período que registou o crescimento das vendas destes países.

A Direcção-Geral das Alfândegas espanhóis informou que Angola vendeu ao país vizinho, durante este período, produtos no valor de cerca de 3,077 milhões de contos, com um incremento de 289 por cento em relação ao mesmo período de 1990.

Nos primeiros sete meses do ano, Angola comprou produ-

tos espanhóis no valor de cerca de 7,452 milhões de contos, 15,86 por cento menos do que no mesmo período de 1990.

Moçambique exportou para a Espanha 2,750 mil milhões de pesetas (3,850 milhões de contos), 203,5 por cento mais do que nos sete primeiros meses de 1990. As importações de produtos espanhóis neste período alcançaram 1,461 mil milhões de pesetas (2,045 milhões de contos), 187 por cento mais do que em 1990.

Cabo Verde não exportou nada para o país vizinho durante esta parte do ano (em 1990 vendeu mais de um milhão de contos), mas importou produtos espanhóis por cerca de 1,358 milhões de contos, 19,8 por cento menos do que no mesmo período de 1990.

A Guiné-Bissau vendeu à Espanha, no período considerado, produtos no valor de 56 milhões de pesetas (78,4 mil

contos), 154 por cento mais do que em 1990, enquanto as importações de produtos espanhóis alcançaram os 65 milhões de pesetas (91 mil contos), 64,76 por cento mais do que em 1990.

S. Tomé e Príncipe vendeu produtos por seis milhões de pesetas (8,4 mil contos), 50 por cento mais do que no mesmo período de 1990, e comprou produtos espanhóis por 67 milhões de pesetas (93,8 mil contos), 4,7 por cento mais do que em 1990.

Relativamente ao mês de Julho deste ano, considerado isoladamente, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau nada exportaram para Madrid, e Moçambique vendeu produtos por mil milhões de pesetas (1,4 milhões de contos), mais de uma terça parte do que exportou durante os sete primeiros meses do ano.

RTC abre concessionárias em todos os PALOP

Paula L. Cordeiro

A Radiotelevisão Comercial (RTC) vai constituir empresas concessionárias de publicidade televisiva nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Em entrevista ao DN, o seu presidente, João David Nunes, revelou que o projecto vai arrancar, já no próximo ano, em Angola e Moçambique.

«Vamos criar empresas em todos os PALOP, começando por aqueles onde o projecto da televisão se encontra em fase mais adiantada», afirmou o presidente da RTC. Apesar de se tratar de projectos essencialmente comerciais, estas empresas serão constituídas também ao abrigo de acordos de cooperação estabelecidos entre Portugal e aqueles países nesta área.

Durante a passada semana, deslocaram-se técnicos da televisão angolana, com vista às negociações sobre a concessão da publicidade à empresa a constituir, que contará ainda com parceiros locais.

João David Nunes considera que na maior parte destes países o projecto de televisão está ainda num estágio muito incipiente. «Trata-se de começar a preparar o caminho», acrescentou.

Outros projectos em estudo

Mas a RTC tem ainda outros projectos com os quais deverá avançar muito brevemente. Constituição de novas empresas e entrada no capital de outras já existentes, todas na área da publicidade e audiovisual são as futuras apec-

tas desta empresa, líder do sector publicitário em Portugal.

Para já, a RTC vai participar no capital da Eurovideo, uma empresa que se irá dedicar à comercialização de jogos de futebol e outros programas de televisão, junto das comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo.

A comercialização de programas produzidos pela RTP faz igualmente parte da actividade da RTC.

«A RTC tem uma importante acção de promoção dos programas de televisão portugueses lá fora, nomeadamente em festivais internacionais», afirmou João David Nunes, classificando-a mesmo como a principal entidade a desempenhar esta tarefa.

A empresa procede à oferta dos programas junto das diversas televisões, tendo entre os seus principais clientes países como a Jugoslávia, Cuba, Suécia ou Bélgica.

Os países africanos de expressão oficial portuguesa são, obviamente, os principais clientes, mas neste caso actua essencialmente a cooperação, e não a venda propriamente dita desses programas.

A RTC tem como accionista maioritário a RTP, com 98 por



A RTC é um dos principais veículos de promoção dos programas televisivos nacionais no estrangeiro, como afirma o seu presidente, João David Nunes

cento do capital, com os restantes quatro por cento detidos pelo Instituto Português de Cinema (IPC). «Cerca de um milhão das nossas receitas respeitantes a este ano vão para este Instituto», acrescentou ainda o presidente da RTC.

Recuperar quota de 60 por cento

«Queremos voltar a ter, no final do corrente ano, uma quota de 60 por cento do mercado publicitário

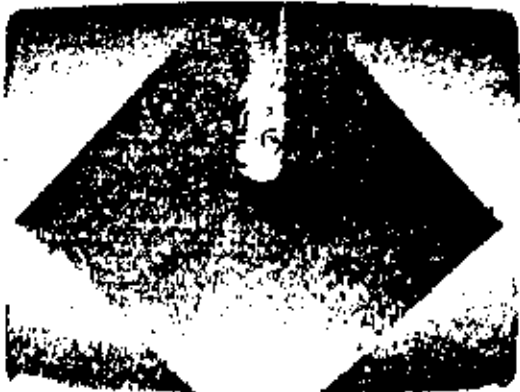
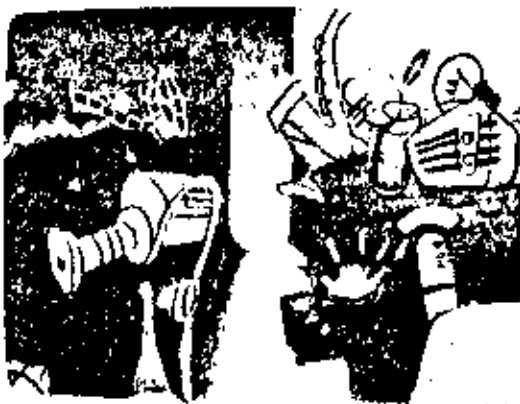
de 50 por cento», disse João David Nunes. No final do primeiro semestre de 1991, a Televisão registou uma quota de mercado de 51,3 por cento, quando em igual período do ano passado este valor era de 49,8 por cento.

Esta percentagem traduz-se num investimento publicitário de 16,5 milhões de contos, contra 12,2 milhões em período homólogo do ano passado.

Segundo ainda os dados do primeiro semestre, fornecidos pela Sabatina, a Impret de-

teve uma quota de mercado de 40 por cento, correspondendo a uma redução em relação ao primeiro semestre de 1990, altura em que esta mesma percentagem era de 41,7. A rádio manteve basicamente a mesma quota, passando de 8,5 para 8,6 por cento, nos dois períodos em análise.

No final do corrente ano, a RTC quer ver consolidada a sua posição de líder no mercado, com uma percentagem de 50 por cento do total investido.



Quanto ao volume de negócios, a empresa prevê ultrapassar, no final deste ano, os trinta milhões de contos.

Projecto da «régie» vai avançar

A constituição de uma grande central de venda de publicidade, desenvolvendo um conceito de *regie* de vários meios, é outro dos projectos em que a RTC se encontra envolvida. Trata-se de um projecto que, através de uma concessão ou associação de interesses, visa concentrar a publicidade não só da televisão, mas igualmente da rádio e da imprensa.

«Pretendemos estar em todos os meios e não deter todos os meios», explicou o presidente da RTC. «Quem quiser poderá aderir a este projecto, não o vamos impor a ninguém», acrescentou.

As transformações que o mercado publicitário português tem registado nos últimos tempos, nomeadamente uma maior concentração, comporta alguns perigos, segundo João David Nunes, apesar de se tratar de uma evolução natural, que se verifica igualmente em todos os países europeus.

Apesar do seu presidente recusar a classificação de grupo empresarial, a Rádio Televisão Comercial tem participações em várias empresas, como a revista *TV Guia*, a LPE, empresa de publicidade estática, e a TCS, que explora a publicidade exterior em transportes públicos (Metropolitano de Lisboa, CP, Carris e Transtejo).

Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

Descobrir os PALOP num andar em Lisboa

Ana Barradas

A ficha de Samora Machel elaborada pela PIDE e um exaustivo conjunto de documentos do período de transição em Angola editados pelos movimentos políticos e até um manual sobre a guerra de guerrilha são algumas das raridades que podem ser consultadas no Centro de Documentação do CIDAC, em Lisboa.

O documento mais curioso existente no Centro de Documentação do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), em Lisboa, talvez seja um caderninho de linhas manuscrito, de capa dura, de fabrico chinês, a precisar de restauro, apanhado pelos soldados portugueses durante a guerra colonial, que al-

guém teve a ideia de entregar como recordação. O título, numa letra muito certa e legível: "Guerra de Guerrilha". E a seguir: "Pequim, 1-4-61, Campo Militar, Francisco João Chicote" (como era conhecido o guineense Francisco Mendes, que veio a morrer em 1966, quando era ministro de Estado, num desastre de automóvel). A primeira folha tem impresso um motivo de flores, ao gosto oriental. Os apontamentos feitos durante o curso pelo futuro comandante estão divididos por vários capítulos, ilustrados com desenhos: como fazer explosivos (instrumentos de pólvora, torrida explosiva, explosão de materiais em aço e de cimento armado); sinais e topografia (o emprego e distância da carta topográfica, formas de infiltração).

Quando nós éramos "o inimigo"

O texto está todo centrado sobre "o inimigo", que eram os militares portugueses: "Princípios de agir no interior do inimigo: ganhar o tempo, agir rapida-

mente e cumprir a missão fixada. Durante a marcha é preciso evitar o campo e a região da actividade do inimigo, mas não descrever uma grande curva para evitar estes pontos. Deve-se atingir uma região determinada com rapidez e bem camuflado. Quando se infiltra camuflado, deve-se caminhar normalmente. Durante a marcha, o comandante deve estar à frente do destacamento, com o fim de bem comandar, em caso de encontro inesperado com o inimigo."

Contudo, esta é apenas uma peça do fundo raro e por isso precioso que o Centro de Documentação reuniu sobre a luta anticolonial em Portugal, por ter "herdado" documentos fornecidos por muitas das pessoas que na altura participaram na denúncia da guerra em África, sobretudo folhetos, de que eram editados poucos exemplares.

E há ainda materiais que poderiam figurar num museu anticolonial. É o caso da ficha de Samora Machel elaborada pela PIDE, ou a profusão de documentos que durante o período de transição em Angola os movimentos políticos editaram, ou ainda os textos policopiados

do seminário de quadros de Amílcar Cabral — que são muito raros, só há quatro ou cinco exemplares ao todo —, ou um cartão de boas-festas dirigido a um amigo e assinado pelo punho do próprio Amílcar Cabral em Janeiro de 1973, poucos dias antes de ser morto.

Estar aberto a outras realidades

Com um espólio composto sobretudo por documentação pós-25 de Abril, o Centro é no nosso país o único especializado sobre os PALOP, aberto ao público em geral, todos os dias úteis, das 15 às 19 horas.

O fundo documental é constituído por uma biblioteca com três mil volumes; uma secção de publicações periódicas com 150 jornais e revistas dos PALOP; uma secção de "documentação cinzenta", com vinte mil documentos sobre vários domínios da vida desses países: uma colecção de recortes da imprensa portuguesa, desde 1960 até hoje, sobre a guerra colonial, a descolonização, a política externa portuguesa relacionada com

África e informações publicadas sobre os PALOP; e três mil diapositivos, oito mil fotos e dezenas de cassetes áudio e vídeo.

Sob a direcção de Luísa Teotónio Pereira, que também faz parte da direcção do CIDAC, o Centro de Documentação publica uma informação bibliográfica que distribui aos organismos congéneres, a investigadores que trabalham na mesma área ou a quem faça uma assinatura. Dele consta a listagem alfabética por títulos da documentação recebida, o índice por autores e por países e as publicações periódicas.

O utilizador, com acesso livre às estantes, pode dispor de um conjunto de serviços como leitura de presença, pesquisa em linha, fotocópias, empréstimo domiciliário, informação sobre questões relacionadas, tendo-se registado um aumento da procura por parte dos estudantes.

Há muita gente nova a trabalhar matérias relacionadas com os PALOP — o assunto está na moda —, mas a documentação em língua portuguesa é escassa e pouco acessível. Do ponto de vista de Luísa Teotónio Pereira, os estudantes são

utilizadores importantes: é neles que pode despertar o maior interesse por continuar trabalhos nesta área. "É muito natural que alguns deles voltem a retomar mais tarde estudos que os interessaram quando tinham 18 ou 19 anos. Além disso, há a formação cívica: estabelecem-se contactos com outras realidades de outros países e continentes", afirma.

Procurado por estrangeiros

Como fonte de consulta, o Centro tem sido alvo de interesse no estrangeiro, talvez mais do que no próprio país, em termos de investigação. Cite-se o caso de Ronald Chilcote, professor na Universidade da Califórnia, especialista da política dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, que o frequenta quase todos os anos, ou de uma investigadora norte-americana que publicou recentemente uma bibliografia sobre a Guiné-Bissau e que passou meses a consultar documentos no CIDAC. ■

Eduardo dos Santos confirma eleições no Outono de 92

Bill Morris
em Washington.

Pela primeira vez desde a proclamação da independência, em 1975, um Presidente angolano foi recebido na Casa Branca, onde até agora só havia lugar para o líder da UNITA, Jona- Savimbi.

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, disse ontem em Washington que as consultas para a marcação da data das primeiras eleições livres no seu país vão ser iniciadas "certamente ainda este ano".

No fim de uma audiência de 20 minutos que lhe foi concedida pelo Presidente norte-americano, George Bush, José Eduardo dos Santos disse não poder — como pedem a UNITA e alguns membros do Congresso dos Estados Unidos — marcar unilateralmente uma data para as eleições, pois que deseja ouvir primeiro uma série de outras forças políticas que ultimamente têm surgido em Angola.

O visitante, que se confessou muito satisfeito com a cordalidade da sua primeira reunião com

um Presidente norte-americano, disse ter explicado os passos que o Governo está a tomar, para pacificar e democratizar o país.

Depois, reafirmou o seu empenho em realizar eleições gerais multipartidárias no Outono de 1992. Disse, contudo, que o Presidente Bush não lhe exigiu a marcação imediata de uma data específica para as eleições. Essa exigência tinha sido feita, sim, por membros do Congresso, em cartas endereçadas a semana passada à Casa Branca.

No comunicado que divulgou após a reunião, o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, declarou: "À luz das recentes dificuldades relativas ao acantonamento de tropas e ao ritmo lento a que prosseguem as discussões sobre um calendário eleitoral incluindo uma data precisa para as eleições, o Presidente Bush exortou o Presidente José Eduardo dos Santos a resolver estas questões rapidamente, por forma a que o processo de paz mantenha o seu ímpeto e a reconciliação nacional seja instituída em Angola".

O empenho de Bush

Reiterando o seu "firme empenho" no processo de paz angolano, Bush acrescentou — segundo o comunicado — que é necessária "uma aplicação completa e atempada de todos os aspectos dos acordos" de paz que

no fim de Maio foram assinados em Portugal.

José Eduardo dos Santos declarou (facto omitido no comunicado da Casa Branca) ter sido abordada a possibilidade de abertura de missões diplomáticas dos dois países nas respectivas capitais.

O Governo de Angola pretende abrir uma delegação com carácter diplomático nos Estados Unidos, ao que Washington argumenta que na ausência de relações diplomáticas dificilmente esse estatuto deverá ser constituído a uma missão angolana.

Nas conversações que posteriormente deveria ter com alguns membros do Governo norte-americano, o líder do MPLA iria tentar ultrapassar o problema, de forma a promover uma melhoria dos canais de comunicação entre Washington e Luanda.

Contactos na Secretaria de Estado e no Congresso ocuparam o visitante no resto do dia de ontem, enquanto até quinta-feira terá ainda em Washington a oportunidade de fazer alguns discursos e de dialogar com instituições comerciais e académicas.

De quinta para sexta-feira, já em Nova York, antes de deixar os Estados Unidos, José Eduardo dos Santos terá ainda a oportunidade de se reunir com alguns empresários e de lhes pedir o seu empenho para que as

autoridades norte-americanas desbloqueiem a hipótese de um maior intercâmbio com Angola.

Um dos pontos em que o regime angolano insiste, durante esta viagem do Presidente, é o de já não se considerar de forma alguma marxista, pelo que não deverá ser vítima das restrições existentes para os países nessas condições.

No entanto, senadores e representantes amigos da UNITA têm vindo a fazer pressão sobre o Presidente George Bush e sobre o Departamento de Estado para que não estabeleçam relações diplomáticas com Angola nem de qualquer outro modo a favoreçam antes de se efectuarem as primeiras eleições livres e multipartidárias.

A UNITA sempre tem insistido na marcação de eleições para Setembro do próximo ano e acusa o Governo angolano de protelar um compromisso a esse respeito, bem como de não acantonar devidamente as suas tropas e de exercer represálias sobre cidadãos que possam simpatizar com Jonas Savimbi.

A implementação dos acordos de paz conseguidos no Estoril está a ser feita sob a fiscalização de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética, que entre si têm coordenado posições e procurado ultrapassar uma série de divergências surgidas entre as duas partes que, de 1975 a 1991, travaram a guerra em Angola. •

Savimbi vai a Luanda

JONAS SAVIMBI deverá chegar a Luanda dentro de três ou quatro semanas, para ali passar cinco ou seis dias e apalpar terreno com vista à sua futura instalação definitiva na capital angolana, soube «O Jornal» de muito boa fonte.

Segundo apurámos, há fortes indicações da próxima entrada do líder da Unita em Luanda, que estará, por sua vez, relacionada com a aceleração do processo de calendarização eleitoral, supostamente concluído até meados de Dezembro próximo. Com eleições à porta, previstas para Setembro de 1992, Savimbi

não pode amiscar-se a permanecer muito mais tempo na Jamba, longe dos centros de influência e de decisão.

Entretanto, o embaixador António Monteiro, representante português na Comissão Conjunta Político-Militar para o processo de paz angolano, afirmou, ontem (quinta-feira), a «O Jornal», que o adiamento para a próxima sexta-feira, dia 27, do encontro entre o subsecretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, e o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, «não tem qualquer significado especial».

António Monteiro confirmou

que o encontro, que esteve marcado para a passada quarta-feira, em Lisboa, só foi adiado por dificuldades de Herman Cohen em conseguir ligação aérea com a capital portuguesa, a tempo da reunião. «Esse encontro é importante, porque constitui um sinal político do empenho do antigo mediador e da superpotência apoiante do processo, com a qual Portugal manteve, desde o início, uma forte cooperação em relação a Angola, com vista à boa condução desse processo. Nesse sentido, é indiferente que o encontro se desse no dia 18 ou no dia 27. O importante é o que ele significa politicamente para o presente e para o futuro», afir-

mou António Monteiro.

Ainda em relação à recente crise aberta em Luanda, o representante português na CCPM acrescentou: «Tal como o dr. Durão Barroso disse, não houve crise mas apenas um incidente que foi rapidamente ultrapassado e que até permitiu um avanço dos trabalhos da CCPM».

«Esses avanços relacionam-se com o processo de acantonamento, que já atingiu um total de 50 por cento das tropas de ambas as partes, o que tornou o processo irreversível. Por último, temos agora uma calendarização do processo eleitoral à vista», pormenorizou António Monteiro. **L.F.**

SEMANÁRIO 21 SET 91

Savimbi faz comício em Luanda a 28 de Setembro

O Semanário apurou que o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, chega a Luanda na próxima sexta-feira, 27. O líder da UNITA sairá da Jamba a 23, passando por Huambo, Lubango e pelo Lobito para chegar a Luanda a tempo de participar num comício do seu movimento agendado para dia 28. Savimbi permanecerá depois na capital angolana até 6 de Outubro, donde partirá para os Estados Unidos para efectuar contactos com a administração norte-americana.

Recorde-se que a chegada de Jonas Savimbi a Luanda se realiza no mesmo dia do encontro entre Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, e Herman Cohen, subsecretário de estado norte-americano. O diplomata norte-americano vem

a Lisboa para estabelecer com Durão Barroso o balanço do processo negocial e trocar impressões sobre os últimos acontecimentos em Angola, nomeadamente a suspensão das reuniões da Comissão Conjunta Político-Militar retomadas ontem.

Entretanto, o Semanário conseguiu igualmente apurar que, apesar da Casa Branca se recusar taxativamente a reconhecer o governo angolano antes da realização de eleições, Luanda está a desenvolver esforços para conseguir colocar nos EUA o antigo embaixador do executivo do MPLA em Paris, Luís de Almeida. O estratagema adoptado consiste em fazer reconhecer o diplomata angolano como representante de Luanda junto da Organização dos Estados Americanos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 DE SETEMBRO DE 1991

Uma missão conjunta do Governo angolano e da UNITA da Comissão para a Criação das Forças Armadas (CCFA) partiu ontem para Portugal, com o objectivo de vistoriar os fardamentos para o futuro exército nacional e contactar a Força Aérea Portuguesa (FAP). A missão, a primeira do género e envolvendo representantes da UNITA no campo militar, deverá permanecer no País cerca de uma semana.

Savimbi em Luanda

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, é aguardado no dia 29 deste mês em Luanda, onde horas depois fala num comício marcado para o Largo Primeiro de Maio. Depois de, amanhã, se despedir da Jamba, que durante muitos anos foi o seu quartel-general, Savimbi visita ao longo da semana diversas cidades, incluindo o Huambo, culminando a sua viagem na capital, onde desde há mais de dois meses tem vindo a ser aguardado. E no dia 1 de Outubro deverá assistir a uma reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que está a fiscalizar a aplicação do acordo de paz que em Maio foi obtido em Portugal. ■

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE SETEMBRO DE 1991

Savimbi regressa a Luanda na próxima semana

JONAS Savimbi regressará a Luanda no próximo fim-de-semana, segundo garantiu ao EXPRESSO um informador da UNITA. O líder daquele movimento angolano, com o qual o MPLA assinou há quatro meses um acordo de paz, fará anteceder a sua entrada em Luanda por uma digressão por várias capitais provinciais, que deverá ter início na segunda-feira.

F. F. F. TERÇA-FEIRA 17 SETEMBRO 1991

UNITA REGRESSA À CCPM — A UNITA confirmou ontem que a partir desta semana regressa aos trabalhos normais da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), ultrapassada que foi a crise surgida no início da semana passada. A primeira reunião formal da nova fase será na sexta-feira, dado que hoje (dia normal das sessões) é feriado nacional, dia do aniversário e do funeral de Agostinho Neto, primeiro Presidente da República, que morreu em 1979. Entretanto, o Governo esclareceu ter resolvido, junto da Namíbia o problema da livre passagem de produtos para as zonas onde a UNITA exerce a sua influência (ver pág. 15). As dificuldades logísticas eram uma das razões que tinham levado o movimento de Jonas Savimbi a suspender a sua participação na CCPM.

Eduardo dos Santos na Casa Branca

Vinte minutos de êxito

NO INÍCIO desta semana, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, teve uma reunião de vinte minutos com o Presidente Bush na Casa Branca, o que não constituiu indício de uma súbita alteração da política americana. Bush manteve o seu apoio à UNITA, lamentando «as recentes dificuldades relativamente ao acantonamento» das tropas e «o ritmo lento das discussões para se chegar a um acordo» sobre as eleições.

Bush esclareceu que só será concedido reconhecimento diplomático formal ao Governo angolano depois das eleições do próximo ano. Disse ainda que não suspenderá o auxílio à UNITA e não levantará as restrições económicas que impedem investimentos americanos em Angola. A reunião foi descrita por funcionários angolanos como sendo apenas uma oportunidade de pressionar o Presidente angolano a cumprir o acordo de paz assinado em Maio.

Contudo, a visita constituiu um enorme êxito para o Governo angolano. «José Eduardo dos Santos poderia até ter

vindo a Nova Iorque para essa reunião de vinte minutos e regressar imediatamente ao seu país, que a visita seria sempre um êxito», afirmou ao EXPRESSO Lisa Alfred, uma analista africana em Washington. Altos funcionários que viajavam com José Eduardo dos Santos concordaram com esta opinião.

A razão é simples: o MPLA teme que se repita um «cenário nicaraguense», como quando o povo da Nicarágua votou inesperadamente contra a permanência do Governo sandinista no poder em 1990, após dez anos de guerra civil. A maioria dos observadores pensa que os nicaraguenses votaram dessa forma na crença de que a única forma de terminar a guerra apoiada pelos EUA seria permitir o fim de um Governo tão detestado pela Casa Branca. Através do encontro com Bush e das imagens difundidas pela televisão angolana, o MPLA pode agora dizer: «Vejam bem que a UNITA não é a única força angolana que mantém relações com os americanos. A Casa Branca concordou em

colaborar com qualquer Governo saído das eleições do próximo ano; portanto, podem votar em segurança no MPLA».

O vaivém presidencial

A verdade é que o Presidente angolano conseguiu mais do que isso. Com um programa que o não deixou parar 15 horas por dia, correu de uma reunião para outra, falando com congressistas, homens de negócios, quadros do FMI e do Banco Mundial, académicos e muitos dos chamados «líderes de opinião» em Washington e Nova Iorque. Em todos os encontros, a impressão que causou parece ter sido extremamente favorável. «Pode bem ser considerado o Mikhail Gorbachev africano; pareceu-me totalmente empenhado na defesa da democracia e da economia de mercado», comentou ao EXPRESSO um executivo altamente colocado de uma companhia de petróleo, acrescentando: «Pareceu-me sincero. Vamos mesmo encetar um diálogo com a Administração

para os lutar e levantar as sanções comerciais». A Boeing, a gigantesca companhia de aviação que tem grande influência em Washington, concordou em liderar o processo que conduza ao levantamento das restrições económicas.

Além disso, a Administração Bush concordou que os dois países se devem mover rapidamente no sentido de estabelecer uma «representação permanente» — uma espécie de embaixada não oficial — nas respectivas capitais e concordaram na necessidade de encontros a breve prazo entre representantes dos dois países com o objectivo de discutir os aspectos técnicos e legais necessários à instalação destes gabinetes. «Até agora, a UNITA pôde difundir aqui impunemente a sua propaganda. Quando abrir o gabinete de representação, poderemos também apresentar a nossa versão, o que permitirá uma análise mais equilibrada», disse ao EXPRESSO um íntimo colaborador de José Eduardo dos Santos, acrescentando que os angolanos fica-

ram agradavelmente surpreendidos pelo facto de o vice-Presidente, Dan Quayle, um activo apoiante de Jonas Savimbi, ter também assistido à reunião entre os dois chefes de Estado.

Apoios no Congresso

Alguns congressistas ficaram de tal forma impressionados que estão a tentar obter uma normalização mais rápida das relações. O republicano Toby Roth está a patrocinar uma moção de apoio ao levantamento das restrições comerciais antes das eleições. Porém, os democratas não parecem ainda preparados para apresentar reivindicações à Casa Branca. Um assessor da Comissão dos Serviços Secretos da Câmara dos Representantes, que enviou sete dos seus membros para reuniões com o Presidente angolano, afirmou que «parece haver consenso nos dois partidos para manter o apoio à UNITA, por julgarem necessário criar um equilíbrio antes das eleições. O MPLA tem acesso a todo o dinheiro resultante das exportações de petró-

leo e a UNITA precisa de dinheiro para competir em igualdade de condições». Um colaborador do congressista Dave Obey, que também esteve com José Eduardo dos Santos, disse ao EXPRESSO: «Não assumimos qualquer posição, julgamos que cabe à Administração tomar as iniciativas que achar convenientes».

Os funcionários da Administração argumentam que precisam de utilizar o apoio à UNITA e as restrições comerciais como «um trufo na manga, para que o MPLA não se desvie do seu compromisso de realizar eleições livres». Contudo, a verdadeira razão para a manutenção das restrições parece derivar da relutância por parte da Administração em dar apoios ao MPLA que o possam ajudar a ganhar as eleições.

Mas a equipa governamental angolana parece confiar numa alteração da posição americana no decurso do próximo ano.

Tony Jenkins
em Washington

Savimbi fotografado com burlão sul-africano

UMA ADVOGADA, chamada a depor num processo de burla semelhante ao caso português "Dona Branca", garantiu, na segunda-feira, a um tribunal sul-africano, ter visto fotografias do líder da UNITA, Jonas Savimbi, com um empresário sul-africano acusado de ser o arquitecto da burla.

A advogada, Elna de Witt, afirmou também terem passado pela sua mão fotos do alegado burlão, Albert Veermaas, com grandes figuras da política mundial como Henry Kissinger ou

Magnus Malan, ex-ministro sul-africano da Defesa.

Elna referiu-se ainda ao nome de Pik Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, sem no entanto comprometer (ou excluir) estas personalidades das operações fraudulentas.

O empresário é acusado de 154 fraudes, nas quais Elna de Witt teria participado como angariadora de futuros investidores que prestavam dinheiro ao empresário a troco de juros de 30 ou 40 por cento por mês. ■

Comércio do Porto 23/SETEMBRO/1991

Angola: Esta assume gestão de hotéis

A ESTA (Gestão de Hotéis, S.A.) já assumiu a gestão do Hotel Império e do Motel das Forças Armadas, em Luanda.

O hotel tem 30 quartos duplos, oito "suites", restaurante, bar e sala-de-estar. O motel é constituído por 17 vivendas, com três quartos cada, casa de banho privativa, rádio e ar condicionado, dispoñdo de restaurante, bar e campo de jogos.

Estas unidades ainda não estão nos circuitos normais de comercialização, situação que se deverá manter até ao final do processo político em curso, uma vez que nelas se encontram alojados os elementos que integram a comissão político-militar de acompanhamento da execução dos acordos celebrados entre o governo de Angola e da Unita.

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE SETEMBRO DE 1991

BPA abre em Luanda

O SECRETÁRIO de Estado do Tesouro autorizou o Banco Português do Atlântico a abrir um escritório de representação em Luanda, cidade onde o banco tem desde há algum tempo um representante permanente.

A estratégia de internacionalização do BPA passa pelo estabelecimento de uma presença forte em África, em particular nos PALOP, e estando previsto o rápido alargamento da sua actividade a Moçambique e à África do Sul.

Euroshore no Lobito

CINCO empresas portuguesas (grupo Atlântica, Linsave, IPE, Mague e Sorefame) acabam de constituir em Angola uma nova sociedade, denominada Euroshore, que pretende ser a maior empresa de serviços, na área da metalomecânica, para o Corredor do Lobito.

Com um capital social inicial de 30 mil contos, a Euroshore tem por objecto prestar serviços de assistência e manutenção nos sectores industriais e paratrolíferos.

Sede assaltada duas vezes

A SEDE da União dos Escritores Angolanos (UEA), em Luanda, foi assaltada pela segunda vez no espaço de uma semana, deixando praticamente despida do seu vasto património. Os assaltantes "trabalharam" a seu bel-prazer durante prolongadas horas, uma vez que a zona não possui iluminação pública e muito menos patrulhamento policial.

Para entrar no edifício, os ladrões parturam uma parede e reventaram algumas grades de protecção tendo espoliado a sede da UEA do seu mobiliário, todas as máquinas de escrever, a central telefónica e todas as respectivas extensões, o material de construção à espera de utilização, em algumas reparações de que o edifício carece e, principalmente, as cassetes de gravação, onde se encontram registadas todas as "makas", sessões de debate que os escritores promovem semanalmente às quintas-feiras. A União dos Escritores Angolanos fica assim sem possibilidade de, mais tarde, vir a editar as polémicas discussões que lá têm lugar sobre os mais variados temas político-económicos-sociais e, naturalmente, culturais.

Para o escritor Luandino Vieira, secretário-geral da UEA, a situação é preocupante e desmotivadora, primeiro porque só eles possuíam o registo total das "makas",

uma vez que quer a rádio, quer a televisão apenas possuem algumas e, depois, porque a passividade das autoridades policiais leva a um certo cruzar de braços até que a situação melhore. Luandino Vieira disse ser incompreensível que uma zona escolar não possua qualquer iluminação pública, nem policiamento e chamou a atenção para o facto de as escolas circundantes estarem a beneficiar de obras de reparação e a ser mobilizadas e que, a manter-se a actual situação, não tarda conhecerão o mesmo destino. A sede da UEA é o único edifício não escolar numa zona situada por detrás da Praça da Independência em Luanda.

Apesar disso, mais um título será lançado hoje, sábado. Trata-se do livro "Angola e a Sua Expressão Cultural", da autoria da antropóloga Ana Maria de Oliveira, recentemente formada em Portugal. "Angola e a Sua Expressão Cultural" é uma obra baseada na diferença sócio-linguística do país, na qual são estudadas sete grandes áreas culturais: kongo, ambundu, tshokwe, ovimbundu, ovinganguela, otshihumbo e a área koyar. O livro tem ilustrações — nove peças de cada área sócio-cultural —, todas património do Museu de Antropologia, de que a autora é directora. ■

Vitor Silva, em Luanda

EXPRESSO, DOMINGO 20 SETEMBRO 1991

BPA em Luanda

O BANCO Português do Atlântico foi autorizado a abrir um escritório de representação em Luanda. Este início das operações em Angola, onde até agora contava com um representante permanente, será seguido do reforço da presença em Moçambique e na África do Sul. O continente africano, e em especial os países africanos de língua oficial portuguesa, é considerado uma área essencial na estratégia de internacionalização do BPA. Recorde-se que o presidente do banco, João Oliveira, não esconde o seu interesse em reforçar a implantação dos negócios do BPA em Angola. ■

SEMANÁRIO 21 SET 91

BPA em Angola

O secretário de Estado do Tesouro, Carlos Tavares, já despachou favoravelmente a pretensão do Banco Português do Atlântico (BPA) de abrir um escritório de representação em Luanda, Angola. O banco de João Oliveira prevê entretanto alargar a sua presença a Moçambique e à África do Sul.

Cabo Verde Governante acusado de fraude

O JORNAL cabo-verdiano «A Semana» implicou ontem uma firma de que é sócio o secretário de Estado da Emigração e Comunidades, José Manuel Pinto Monteiro, no alegado despacho fraudulento de 14 viaturas. O jornal, que se baseia em declarações do director-geral das Alfândegas de Cabo Verde, Omar Lima, revela que vai ser entregue ao Tribunal Fiscal um processo em que é arguido o sócio-gerente da Cabo Verde Motors Lda, fundada no início de 1990 de parceria com esse membro do Governo, de ter feito sair da Alfândega, por meio de documentos falsos e utilização indevida do selo branco, um número indeterminado de viaturas, 14 das quais foram apreendidas já depois de vendidas no mercado cabo-verdiano.

A atenção da opinião pública tinha contudo já sido chamada para este caso por uma carta aberta publicada no jornal do Governo, «Voz do Povo», pelo sócio-gerente da Cabo Verde Motors Lda, Carlos Tavares, em que este

acusava o director-geral das Alfândegas de ter violado o segredo da instrução desse processo em conversas privadas, ao mesmo tempo que tentava encobrir as responsabilidades de um seu parente envolvido no caso. Nessa carta aberta, Carlos Tavares admitia, no entanto, ter entregue dinheiro a pessoa não nomeada, mas que identificava como funcionário do escritório de um despachante, para acelerar os trâmites alfandegários de algumas viaturas.

Admite-se, contudo, face à extensão da fraude e ao facto de as viaturas aparecerem no mercado aparentemente em perfeitas condições legais, que a Cabo Verde Motors possa ter beneficiado de outras cumplicidades, nomeadamente na Empresa Nacional dos Portos, em cujos armazéns toda a carga importada é obrigatoriamente depositada, e na Direcção-Geral de Viação, que lhes atribuiu matrícula cabo-verdiana.

Manuel Delgado

Cabo Verde importa mobiliário

A REPÚBLICA de Cabo Verde está a importar grandes quantidades de mobiliário de escritório de origem portuguesa em consequência da política de modernização de todas as estruturas do país que tem vindo a ser adoptada pelo novo Governo.

Com um volume global de importações portuguesas no valor de 7,5 milhões de contos, o que representa 40 por cento das suas importações globais, Cabo Verde é o segundo mercado português em África.

Responsáveis governamentais portugueses consideram que existem actualmente boas perspectivas de negócio no país, especialmente na área da metalomecânica e no sector dos portos.

Assassinato de ex-secretário de Estado

Cabo Verde reabre processo

PÚBLICO

SÁBADO, 21 SETEMBRO, 1989

O GOVERNO caboverdiano decidiu solicitar à Procuradoria-Geral da República do país a reabertura do processo sobre o assassinato do antigo secretário de Estado da Administração Pública, Renato Cardoso. Com a reabertura do processo criminal acredita-se que o caso virá a empolgar a opinião pública de Cabo Verde que, até hoje desconhece quem matou ou mandou matar esse ex-membro do PAICV, partido então no poder.

Renato Cardoso foi morto em circunstâncias misteriosas há dois anos. A sua morte des-

poletou um processo que teve um desfecho inesperado, com o julgamento e absolvição do principal suspeito, um jovem chamado Francisco Mendes.

O primeiro-ministro do actual Governo, Carlos Veiga, disse na altura, enquanto coordenador do Movimento Para a Democracia (MPD) que, se fosse eleito, tudo faria para que os verdadeiros responsáveis pelo crime fossem julgados e condenados. O assassinato, ocorrido na noite de 29 de Setembro de 1988, chocou a sociedade caboverdiana, dado que o ex-secretá-

rio de Estado era tido como um renovador do regime dominado pelo PAICV, circulando mesmo rumores sobre a sua intenção de formar um novo partido.

No início do julgamento, há um ano, pensava-se que o assassinato era um crime passional, mas em pouco tempo o processo ganhou conotações políticas.

A notícia da reabertura do processo foi dada pelo primeiro-ministro Carlos Veiga, numa longa entrevista dada ao jornal "Opiniao", dirigido pelo membro da comissão executiva do MPD, Daniel Lobo. ■

Cabo Verde

PÚBLICO

SÁBADO, 21 SETEMBRO, 1989

Eleições autárquicas a 15 de Dezembro

O GOVERNO caboverdiano marcou para 15 de Dezembro as primeiras eleições municipais, estando o início da campanha marcado para 29 de Novembro.

O anúncio das eleições municipais pelo secretário de Estado da Administração Interna, Mário Silva, culmina o processo de consulta às diversas forças políticas.

O PAICV, que desde Janeiro se encontra na oposição, mostrou-se renitente em relação ao projecto legislativo apresentado pelo executivo de Carlos Veiga, principalmente no que se refere à escolha dos métodos de apuração de votos.

Segundo Mário Silva, a decisão final acabou por ter em conta as posições dos partidos políticos e das associações. Assim sendo, o apuramento do sufrágio eleitoral para a Assembleia Municipal será feito através do método proporcional, e, caso alguma lista obtenha mais de 50 por cento dos vo-

tos, poderá formar sózinha a Câmara Municipal.

Para além dos partidos políticos (que são apenas três, Movimento para a Democracia, PAICV e União Caboverdiana Independente e Democrática), grupos de cidadãos poderão concorrer, podendo todos os candidatos contar com a dispensa do serviço durante o período da campanha eleitoral.

Entretanto, os candidatos às eleições autárquicas começam a surgir um pouco por todo o lado, destacando-se entre eles dois independentes: o escritor Onésimo Silveira (para a presidência da Câmara do Mindelo) e o advogado Juscelino Vieira (para a da Câmara da Praia). Na capital caboverdiana, os dois principais partidos — MPD e PAICV — deverão escolher dentro de dias os componentes das suas listas. ■

Jose Vicente Lopes,
na Cidade da Praia



Carlos Veiga, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, vai alterar a Constituição para vender o sector público

PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE

As privatizações vão começar em Cabo Verde. Pelo menos essa é a intenção de Carlos Veiga, Primeiro - Ministro daquele país. Assim, é tempo de balanço. Depois das legislativas e das presidenciais, o actual Primeiro Ministro Carlos Veiga faz o balanço dos primeiros meses de democracia e fala das prioridades do novo regime: reduzir o sector público e desenvolver as pescas, turismo e serviços.

Semanário - Pretende rever a Constituição e que essa revisão constitucional em Cabo Verde seja o mais alargada possível. Porquê? Há metas urgentes a atingir?

Carlos Veiga - Para já, pretendemos estender o debate a outras forças políticas, partidos e mesmo a associações políticas. Os nossos pontos principais a propor na revisão da Constituição são: em primeiro lugar, propor

aquilo a que chamarei de parlamentarismo mitigado, algo entre o parlamentarismo puro e o presidencialismo; a seguir, discutir o sistema de Governo, a nova relação e distribuição de competência entre os órgãos de soberania; finalmente, no plano económico, e não fazendo sentido falar em Liberalismo puro num país como Cabo Verde, proporemos a redução do sector público e do controlo da vida pública do país.

S - Assim, a palavra de ordem em Cabo Verde parece ser desenvolvimento; quer falar-nos dos três vectores importantes nesta matéria: emigração, pescas e turismo?

CV - Acrescentaria um sector: o de serviços. Com a localização de Cabo Verde pensamos que poderíamos desempenhar aqui um papel importante, por exem-

plo na área das telecomunicações. Consideramos as pescas um sector estratégico e vamos abrir ao capital estrangeiro, mas permanecendo de maioria cabo-verdeiana, abrindo também à tecnologia estrangeira. Não vai haver limites ao capital estrangeiro, com excepção dos sectores estratégicos como as pescas e as telecomunicações. A emigração é outro dos vectores fundamentais da nossa economia. Aqui é importante, em primeiro lugar, criar um outro clima no relacionamento com os emigrantes. Desde logo, criar outros mecanismos de participação política. Interpretámos de forma extensiva a legislação de dupla nacionalidade, de modo a permitir a mais ampla participação dos emigrantes nos actos eleitorais, em Cabo Verde e nos países de acolhimento. Queremos que os investimentos dos emigrantes, que até agora se situam na área da construção civil e dos transportes privados, se encaminhem agora para os sectores produtivos, aproveitando as suas capacidades técnicas. Quanto ao turismo, temos as condições básicas. Falta o resto. De qualquer forma, nesta, como em todas as outras áreas, queremos incentivar o aparecimento de uma classe empresarial nacional. Em qualquer empresa que surja é importante que os cabo-verdeianos comecem a participar a nível da própria gestão.

S - Pensa que os Países Africanos de Expressão Portuguesa deverão ter uma posição comum face ao resto de África?

CV - Vamos ter um papel importante. Somos uma comunidade com laços muito fortes, linguísticos e históricos. Isto dá-nos um suporte, um cimento muito forte. Estamos situados nas 4 regiões em que se divide a África: na África Austral, onde se vai situar o grande pólo de desenvolvimento africano, com Angola e Moçambique; na CDAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), através de Cabo Verde e da Guiné Bissau; na Comunidade da África Central com S. Tomé. Os cinco estão em todos os pólos africanos. Temos ligações com o mundo lusófono, francófono e anglófono.

UMA ESCULPTURA

Germano Almeida lançou romance em Lisboa

'Falta humor à literatura cabo-verdiana'

José Eduardo Agualusa

Germano Almeida é um nome ainda pouco conhecido dentro das literaturas africanas em língua portuguesa. Em Cabo Verde, porém, toda a gente o conhece. Advogado, deputado, jornalista e editor, os seus romances vieram agitar as águas paradas da moderna literatura de Cabo Verde.

Germano Almeida foi um dos responsáveis pela revista "Ponto & Virgula", que em três anos publicou dezoito números, abrindo novas janelas sobre a paisagem literária do arquipélago crioulo. Advogado, participou activamente na luta pela democratização do seu país e é hoje deputado do Movimento para a Democracia (MpD), cuja es-

magadora vitória eleitoral, em Novembro do ano passado, surpreendeu a generalidade dos observadores. Com um grupo de amigos, entre os quais a pintora portuguesa Graça Morais, fundou a primeira editora independente dos PALOP, a Ilhéu Editora, na qual publicou "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo" e "O Meu Poeta". Germano Almeida é ainda director do mensário "Agaviva", criado após a vitória eleitoral do MpD.

"O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo" recebeu recentemente uma Menção Revelação do Prémio Marquês Vale Flor de Literaturas Africanas, no mesmo tempo que foi lançada em Lisboa, anteontem, quinta-feira, a edição portuguesa, com a chancela da Editorial Caminho. Em meados do próximo ano, o realizador português Francisco Manso deverá adaptar para o cinema uma versão da novela, considerada já como um dos exemplos mais conseguidos da nova literatura africana em língua portuguesa.

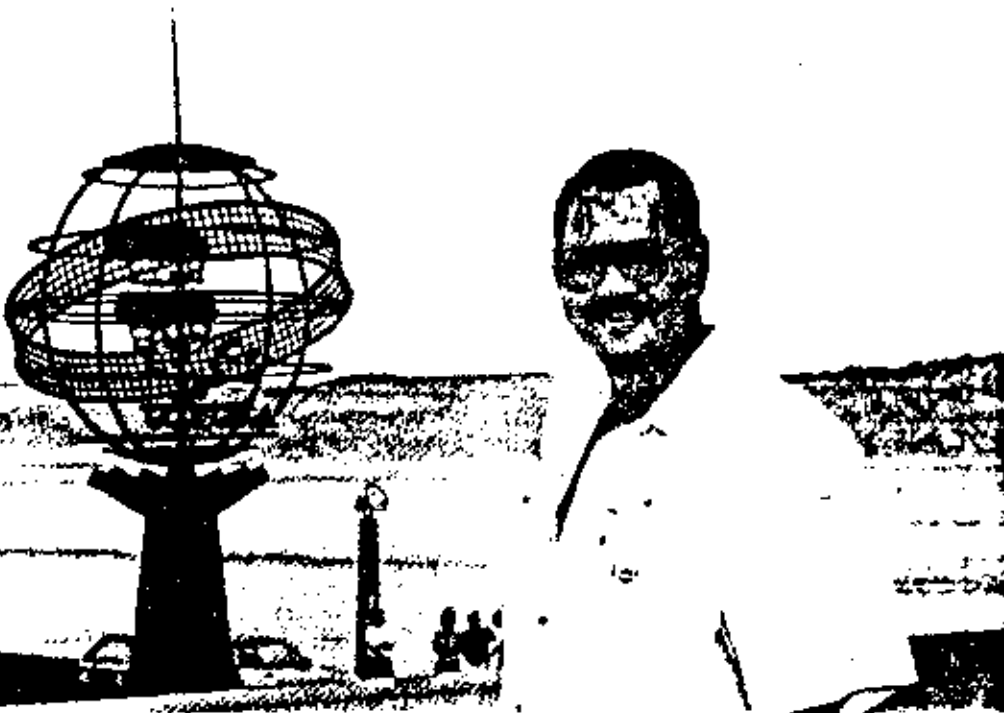
PÚBLICO — O que significa dirigir uma editora num país como Cabo Verde, com um número limitado de leitores?

GERMANO ALMEIDA — Não é um projecto para fazer dinheiro. Em Cabo Verde, antes de termos criado a Ilhéu Editora, existia o Instituto Cabo-Verdiano do Livro, que embora tenha feito nos últimos anos um bom trabalho

nem sempre privilegiou a qualidade das obras publicadas. Nós editámos até agora seis títulos e temos mais alguns em carteira.

P. — E como surge o projecto "Agaviva"?

R. — O projecto "Agaviva" aparece depois das eleições de 13 de Novembro, eleições um bocinho renhidas, mesmo dolorosas. A nossa ideia é criar um espaço de pluralismo político. Não queremos que seja um jornal do MpD, embora evidentemente seja um jornal próximo do MpD. Mas queremos que no nosso jornal todas as corren-



Germano Almeida: "Procuro encarar a vida com bom humor"

tes de opinião possam ter assento.

P. — Algumas pessoas pretendem ver no personagem central do seu romance mais recente, "O Meu Poeta", o retrato de um conhecido poeta e embaixador de Cabo Verde. É verdade?

R. — "O Meu Poeta" é uma crítica ao regime do PAICV, através do retrato de um personagem que vai assumir tudo aquilo que apareceu de oportunismo após a independência; é a história de um poeta cuja obra não tem valor. Mas nós tivemos muita gente

assim em Cabo Verde. Tem-se pretendido ver n' "O Meu Poeta" o retrato de diversas pessoas, mas na verdade ele não é ninguém em especial, somos todos nós, com um lado bom e outro mau. Eu, pessoalmente, simpatizo com "O Meu Poeta".

P. — Em Cabo Verde tem sido acusado de utilizar uma linguagem muito livre.

R. — Os escritores cabo-verdianos sempre fugiram a utilizar palavras nos seus livros. Mas, para além disso, outra coisa que caracteriza a literatura cabo-verdiana é uma ab-

soluta falta de sentido de humor. Por exemplo, eu conheci o escritor Baltazar Lopes, popularmente conhecido por Nhô Balta. Era uma pessoa com um humor extraordinário. A gente estava com Nhô Balta e estava sempre a rir com as histórias que ele contava. Mas nos livros dele não se nota este sentido de humor. Em Baltazar Lopes o homem e o escritor eram duas pessoas completamente diferentes. Ele não conseguia transportar para os livros o seu bom humor. Eu tento fugir a isto; procuro encarar a vida com bom humor e faço o mesmo quando escrevo. ■

"Nino" contra renovadores

O PRESIDENTE da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, criticou violentamente a ala renovadora do seu próprio partido, o PAIGC, personificada no chamado "grupo dos 121". E disse também que a oposição não pode imputar ao poder as suas próprias dificuldades. Anunciou até que vai ser criado um gabinete onde os grupos oposicionistas se poderão dirigir, a fim de apresentarem as suas dificuldades e tentarem conseguir apoio. Por outro lado, comunicou que o Governo vai passar a fixar o preço dos produtos de primeira necessidade, dadas as muitas dificuldades de ordem económica que a população atravessa. ■

SABADO 21 SETEMBRO 1991

PAIGC contestado

REJUI
QUARTA-FEIRA 18 SETEMBRO 1991

CRÍTICOS, RENOVADORES e quadros do PAIGC que integram o movimento "Carta dos 121" acusaram ontem a direcção do partido de inflexibilidade e alertaram para o perigo que pode advir da agudização de tensões a que se assiste na sociedade guineense. Os subscritores afirmam que, a escassos dois meses do congresso partidário, a direcção, dominada pelos ortodoxos, recusa-se a adoptar medidas que conduzam à democratização e renovação face às dificuldades que o processo de transição experimenta, quer no plano económico quer no político. As forças da oposição têm multiplicado comunicados denunciando atropelos às leis decretadas pelo próprio partido no poder. No interior do PAIGC, o grupo dos 121 afirma que os seus membros têm vindo a sofrer "pressões e ameaças intoleráveis" por parte de estruturas do partido-estado. O movimento tem uma assembleia geral marcada para o dia 28 para definir a sua estratégia, num momento em que, em Bissau, se admite a possibilidade de uma ruptura no partido do Presidente Nino Vieira. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 DE SETEMBRO DE 1991

Oferecidos a Bissau dez autocarros

UMA SOCIEDADE luso-guineense participada em 60 por cento pela Tertir - Terminais de Portugal ofereceu dez autocarros de passageiros à Guiné-Bissau. Os autocarros, fabricados pela Salvador Caetano, foram embarcados no porto de Leixões, no navio *Atlantis*.

Southern Africa News Features

a SARDC service

CHISSANO'S MANDATE FOR CHANGE

In Mozambique, the ruling Frelimo party emerged from its Sixth Congress strengthened by a broad national representation in its senior leadership chosen by secret ballot.

The new central committee and the political commission, elected at the end of August, both contain members from every region of the country and from economic and social sectors.

The representation of women has risen sharply to 36 per cent of the 160-member central committee, and the 15-member political commission includes a woman for the first time.

The party president, secretary-general, and secretary of the verification commission, after their election to these posts, automatically become members of the party's most powerful body, now called the political commission.

The congress was extended by three extra days to allow time for the secret voting, involving 14 ballot papers. Power failures, indirectly caused by sabotage, hampered the computer compilation of results and delayed the announcement of the new central committee.

Joaquim Chissano was re-elected overwhelmingly as party president, while Feliciano Gundana won the new position of secretary-general and the third post went to the Attorney-General, Eduardo Mulembue, unopposed.

The post of secretary-general was created under statutes adopted at this congress. Gundana, who is currently Minister in the President's Office, is a veteran of the liberation war and a former governor of Nampula and Zambezia provinces in the north and centre of the country.

He is from the central province of Sofala, and the other contender was from the north. This represents a break with the past, when much of the party's top leadership came from the south or extreme north of the country.

By bringing in consequential representation from the most populous provinces of Zambezia and Nampula (where 50 per cent of the national population resides) and the central provinces of Manica and Sofala, Frelimo has made a strong political bid to pull the country back together again.

The other 12 members elected to the political commission come from every region of the country, if not every province, and represent a cross-section of professions, including some of the young, able technocrats brought into government by President Chissano.

Six members of the former political bureau (in addition to Chissano and Gundana) retained their places on the party's top governing body. These are the Foreign Minister, Pascoal Mocumbi; Minister of Transport, Armando Guebuza, who is the government's chief negotiator at the peace talks in Rome; Security Minister, Mariano Matsinhe; Minister of Information & Broadcasting, Rafael Maguni; the Minister of Defence, Alberto Chipande; and Cooperation Minister, Jacinto Valoso, the only non-black on the political commission.

Newcomers are the Minister for State Administration, Aguiar Mazula; Mateus Katupha, Minister of Culture and one of the country's foremost linguists, Bonifacio Gruveta, General Secretary of the Veterans' Association; Alcido Nguenha, Rector of the Institute of Higher Education, the Finance Minister, Eneas Comiche; and the first woman to be a member, Deolinda Guezimane. The latter is a veteran member of Frelimo's first women's detachment during the war of liberation against Portuguese colonialism.

Marcelino dos Santos, Chairman of the Parliament and former Vice-President, did not stand for re-election, nor did Jorge Rebelo, former head of the party's propaganda and mobilization department. They are considered in some quarters to be the ideologues of a party now turning toward 'social democracy'. Prime Minister Mario Machungo also did not stand for re-election to the political commission. All three retained their seats on the central committee.

The only former member of the political bureau to be defeated in his bid for re-election was Eduardo Nihia, former political commissar of the armed forces.

The ideological shift of the party could be seen as a signal to the West, particularly the United States, with whom Mozambique, unlike Angola, has full and friendly diplomatic relations.

However, right-wing groups in the United States continue (as does South Africa) to give material assistance and political guidance to the Mozambique National Resistance (MNR or Renamo), which is waging a bloody war against the population of Mozambique.

The MNR was conceived by the security agencies in neighbouring Rhodesia, and handed over to South Africa at Zimbabwe's independence in 1980. Well-trained and equipped, and ruthless, the MNR was able to gain a foothold in the centre-north of the country partly due to some unpopular policies of the ruling party and a lack of strong national representation on its main governing body.

The main challenge now faced by Frelimo is not that different from other countries undergoing ideological upheavals, both in southern Africa and in other parts of the world. That is the international economic pressure to make political changes - quickly enough to keep up with the emerging entrepreneurs while retaining the confidence of traditional power structures.

Some of the leaders of a planned coup d'etat arrested in Maputo in late June were those who felt they were losing their grip on power through sweeping economic and political reforms initiated by President Chissano. Mostly southerners from Gaza province, they also saw the devolution of political power as a threat to their personal interests.

The party leadership has now given President Chissano an overwhelming mandate, personally and politically, to continue on the path of reform. (SARDC)

August 1991

Paz moçambicana

REGIÃO
QUARTA-FEIRA, 16 SETEMBRO, 1991

O RECOMEÇO das conversações em Roma entre o Governo de Moçambique e a Renamo está dependente de encontros prévios e separados que a mediação italiana deseja manter com o Presidente Joaquim Chissano e com o chefe dos rebeldes, Afonso Dhlakama. O anúncio foi feito ontem em Lisboa pela Renamo, que se declarou disposta "a prosseguir as negociações de paz, única alternativa para chegar a uma verdadeira democracia em Moçambique". A oitava ronda de negociações chegou a ser anunciada para 15 deste mês, mas admite-se agora que talvez só seja fixada mais ou menos definitivamente no final desta semana. ■

Jornal de Notícias

23 de Setembro de 1991

TRAFICANTES DE ESCRAVOS ACTUAM EM MOÇAMBIQUE

SULEMANE
CABIR

Correspondente
em Maputo

O administrador da Namaacha, vila moçambicana a cerca de setenta e seis quilómetros da capital e

que faz fronteira com a Suazilândia, reconheceu que o tráfico de homens que são vendidos a donos de plantações sul-africanas, na mais humilhante condição de escravos, preocupa as autoridades.

O administrador Roque Muquessua-ne revelou ao semanário «Domingo», publicado na capital do país, que não se podia continuar com esse tipo de negócio, bastante vergonhoso para Moçambique.

Citou redes de traficantes da capital de Moçambique como os presumíveis responsáveis pela venda de escravos a proprietários agrícolas da África do Sul.

O administrador da Namaacha disse ainda que, e citamos, «diariamente centenas de camiões transportam jovens provenientes das províncias do Maputo, Gaza e Inhambane, no Sul do país, que são vendidos a agricultores sul-africanos».

A vila da Namaacha tem sido sistematicamente alvo de ataques dos rebeldes da RENAMO, e aparentemente os traficantes de escravos para a África do Sul aproveitam-se da situação de confusão na área para efectuar o negócio.

A venda de escravos moçambicanos a propriedades agrícolas de brancos sul-africanos foi por diversas vezes noticiada por jornais da própria África do Sul nos últimos três anos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 DE SETEMBRO DE 1991

Devido a alterações climáticas

Maputo controlou epidemia de cólera

A epidemia de cólera em Moçambique está, de momento, controlada e há mais de um mês que não se regista qualquer caso, afirmou uma fonte oficial do Ministério da Saúde, em Maputo

OS ÚLTIMOS casos de cólera clinicamente confirmados na capital moçambicana correram em 6 de Julho e 13 de Agosto na cidade de Quelimane, enquanto nas províncias de Cabo Delgado e Gaza, inicialmente das mais afectadas, não tem havido contágios ultimamente.

Os primeiros casos de cólera em Moçambique foram diagnosticados em Abril do ano passado, na província de Tete. Meses depois, a epidemia propagou-se com índices alarmantes às províncias vizinhas da Zambézia e Sofala, todas no Norte do país.

Em finais do ano passado, a cólera tinha-se espalhado a seis províncias moçambicanas, incluindo Maputo, Nampula e Niassa, com um total de 4152 casos confirmados e 194 óbitos — números que em Abril deste ano haviam subido para 6816 contágios e 274 casos de morte.

O Ministério da Saúde afirma que o actual controlo da

situação se deve à alteração dos factores climáticos no país.

As sociedades da Cruz Vermelha da Grã-Bretanha, Finlândia e Dinamarca vão enviar, em breve, para Moçambique novos stocks de medicamentos destinados ao combate à cólera, em resposta a um apelo feito em Março pelo Governo de Maputo.

Moçambique faz parte de uma lista de países africanos mais atingidos pela cólera, epidemia que afecta actualmente cem mil pessoas em África e já vitimou cerca de dez mil. A Nigéria é o país africano mais afectado, com 48 200 casos e 6354 óbitos, cerca de metade dos contágios no continente africano.

Por outro lado, no Togo 20 pessoas morreram de cólera e 2500 casos foram recentemente assinalados, a 700 quilómetros de Lomé. A epidemia foi declarada em Junho.

Também nos Estados Unidos, em Baltimore, o leite de coco, importado da Tailândia, é, segundo entidades sanitárias, responsável por três casos de cólera. O produto foi, entretanto, retirado de 600 supermercados.

As três pessoas foram vítimas de uma bactéria contida no leite de coco da marca *Asian Best Frozen Coconut Milk*, que serviu de preparação a um bolo.

Cólera em África

PUBLICO
TERÇA-FEIRA, 23 SETEMBRO 1991

ANGOLA E MOÇAMBIQUE estão entre os países africanos mais atingidos pela cólera, epidemia que afecta actualmente 100.000 pessoas em África e vitimou já 10.000, referem dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgados ontem. Os novos números estatísticos foram revelados após a notificação pela Nigéria de 48.200 casos e cerca de 6 mortos, que veio duplicar o número total de casos de cólera em África. Segundo os últimos dados estatísticos, Angola regista 4.531 casos com 71 mortos, Moçambique 4.574 e 65 mortos e S. Tomé e Príncipe 3 casos e um morto. Um especialista de epidemiologia da OMS realçou que os números comunicados a esta organização pecam muitas vezes por defeito em relação à realidade. ■

Novos rumos com outras potencialidades

São Tomé: investimento português diversifica a economia agrária

Maria João Barreto

A cultura da pimenta em São Tomé e Príncipe, como alternativa à crise do cacau, é a última grande aposta dos investidores da cooperação com África no domínio da agricultura. A Imopico é a empresa envolvida nesse projecto, e também no investimento respeitante à exploração do comércio de flores e frutos tropicais, e que se traduz numa diversificação em relação à sua actividade principal: as obras públicas. Outras empresas exploram demais potencialidades, mas o problema é comum: falta de infra-estruturas e deficientes sistemas de transportes.

A desvalorização da dobra unidade-moeda de São Tomé e Príncipe, por ordem do Fundo Monetário Internacional é encarada pelos investidores, como um benefício para os negócios. Preveem eles que pode ser vantajoso, sobretudo para o escoamento da produção do cacau, monocultura, quase secular, e a par com o café, base da economia do arquipélago.

Mas quer o tecido empresarial quer a aposta nesse país estão a tomar novos rumos, estudando-se rigorosamente outras potencialidades.

Em termos agrícolas, são opções do momento, o cultivo da pimenta, o desenvolvimento da floricultura bem como o melhoramento da frona.

Ha também um dinamismo nas obras públicas, incentivando-se a exploração de pedreiras e rasgando-se estradas. Entretanto detecta-se o valor dos recursos marinhos, promovendo-se o turismo fundamentado nos desportos náuticos e na beleza luxuriante da paisagem, existindo alguns investimentos em infra-estruturas na ilha do Príncipe e na Vila de Santana.

A estrutura empresarial tem-se desenvolvido em torno de dois sistemas: o arrendamento e o concurso público sem base, mais representativa, nos capitais mistos. E o sector de maior implantação é a construção civil.

Assim, a Imopico Portuguesa aparece em São Tomé por meio do encargo da obra de ampliação do aeroporto. E

dá continuidade à sua presença em áreas similares. Constitui por isso a Emop e a Consiop.

Todavia não se restringe a esta vocação diversificando-se, entretanto, para explorar outros domínios. Participa na SIAP (Sociedade de Investimentos Agro-Pecuários) a qual forma com a Sodep, uma firma mista, a Sodeap de capitais mistos. O sistema utilizado é o arrendamento, que permite o pagamento de uma renda pelas instalações de determinada empresa, sob o compromisso de administrar os negócios e obter o lucro.

O despertar do investimento

A Imopico, que já tem 200 mil cópias de bens investidos em São Tomé e Príncipe, não é obviamente a única empresa activa.

Embora em fase mais incipiente, existem as portuguesas Santa Catarina e a Esagri do Grupo Espírito Santo. Os franceses participam na Bela Vista, Santa Margarida e Uba Budo. A Mopis-Café, é financiada por capitais árabes e africanos via BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África) e o BAD (Banco Africano para o Desenvolvimento). Estas firmas constituíram-se por concurso público.

Refira-se que russos e espanhóis mantêm interesse no arquipélago, como ponto de abastecimento para a exploração de recursos



Condições naturais óptimas para o turismo

marinhos do Golfo da Guiné. E há ainda um cidadão de origem alemã que tem apostado fortemente na dinamização de infra-estruturas turísticas.

Mais alguns grupos económicos financiaram estudos referentes ao levantamento dos recursos silvícolas, sondando as possibilidades de reabilitação de madeiras e de desenvolvimento de uma indústria transformadora, para lá das virtualidades apícolas.

Diversificação das culturas

A economia de São Tomé e Príncipe tem evoluído por ciclos, desde que o arquipélago foi descoberto por volta de 1471 ou 1472. O primeiro apogeu foi alimentado pelo comércio de escravos que, por sua vez, se tornaram

colónos e por com marabotos e algarvios, judeus, genoveses, franceses e espanhóis. Seguiu-se o ciclo do açúcar, num domínio que se degradou com a produção consorciada do Brasil. A este produto sucederam-se as culturas do cacau e do café e, com pouco expressão, de copra e do coco.

Em meados dos anos 70, alcançou-se o limiar da produção de 11 mil toneladas de cacau. Actualmente, as roças mal atingem uma produtividade de quatro mil toneladas. O mercado mundial também se transformou: diminuíram os preços da colação e aumentaram os da mão-de-obra, enquanto a procura estabilizou. Para mais, no arquipélago, assiste-se à falta de vocação para trabalhar na terra. As pessoas preferem o sector dos serviços, ambicionam sempre nos escritórios. O que contraria a existente dependência da agricultura na estrutura económica das ilhas.

Os investidores que, na sua maioria aparecem nessas lauradas por causa da adjudicação de obras públicas, ao procurarem novas formas de rentabilidade pretendem, no sector agrícola, conseguir a recuperação. Tarefa árdua por que do respeito ao confronto com a tradição ao monopólio das culturas e com o esforço na racionalização dos meios produtivos.

Uma aposta portuguesa

A Imopico está a apostar a semente como alternativa na produção de flores tropicais, entre as quais a espedicula

rosa de porcelana e a deslumbrante boca de papagaio, e ainda no comércio de frutos, dos quais sobressaem a papaia, o ananás, a banana e, numa segunda fase, a manga.

Compando pelos frutos, importaram-se arvores de papaia do Havai com vista a obter uma variedade mais resistente. E detectou-se a melhor zona para o cultivo da manga que é árida em termos alio-tomenses, por chover apenas mil milímetros cúbicos por ano.

No que diz respeito à pimenta, foi iniciada a sua cultura em Dago Vaz, onde existem disponíveis três hectares pioneiros de terreno.

Trata-se de um investimento caro, na medida em que, como esta planta é uma trepadeira, necessita de pilares para se desenvolver. Normalmente, estes sustentáculos são de madeira. Mas nestas ilhas, o apodrecimento rápido é inevitável, portanto eles têm que ser em betão armado. Se nesta estrutura, em que têm que existir 1.500 por hectare, se empatarem 1.500 cópias. Para avaliar os custos falta considerar a preparação do solo e o facto de a colheita ser manual, mas os responsáveis da empresa referida, consideram-na uma cultura muito rentável.

Faltam transportes

São Tomé e Príncipe encanta pela natureza exuberante, pelo panorama de extensas e pela fertilidade espantosa que anima, devido ao clima húmido, quanto a pluviosos, o ciclo de crescimento e maturação das espécies vegetais. Mas desperça

pel a escassez de sistemas de transportes.

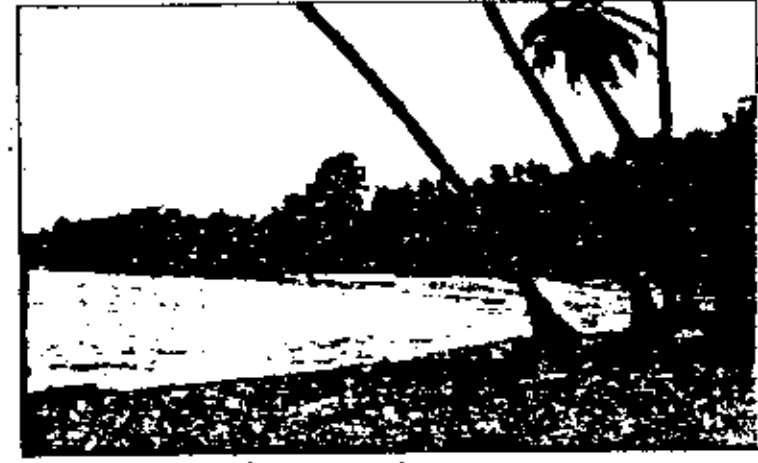
Aqui, qualquer comércio, respeitante à distribuição e colocação de produtos no mercado externo depende, sobretudo, do transporte aéreo. O que encarece excessivamente o valor das mercadorias. O mar é um recurso potencial, mas os navios de maior porte nem podem acostar porque não há cais, ao passo que os outros secalam as ilhas apenas de quinze em quinze dias.

As empresas investidoras não resta alternativa, que não seja definir uma estratégia de acordos com as transportadoras aéreas, ao que respeita às cargas que necessitam de refrigeração e são perecíveis.

E contentam-se com fretas baixas quando se trata de certos produtos locais.

Longe vão os tempos em que este arquipélago servia de escala para a navegação rumo à Índia. Actualmente, responsáveis pelos negócios existentes consideram São Tomé como um degrau para Angola e sem por isso uma árvore das pitacos.

Entretanto, o novo governo, presidido por Miguel Trovoada, inicia o seu mandato com uma reserva de optimismo e estímulo para o investimento. Mas o povo que o elegu está preocupado com os rumores que circulam sobre as novas medidas da FAO Segundo fontes bem informadas, esta organização mundial vai contactar o fornecimento de viveres, previsto no plano auxiliar de alimentação. Se isso se concretizar vai ocorrer o recrudescimento da fome, num país que vive periodicamente, como sucedeu nos últimos seis meses, à míngua de pro-



Paisagem: uma terra aposta de uma empresa portuguesa

My Vision for South Africa

OPPORTUNITY AND HOPE

By MANGOSUTHU G. BUTHELEZI, Chief Minister, Kwazulu, South Africa, and President, Inkatha Freedom Party

Delivered at The Heritage Foundation, Washington, D.C., June 19, 1991

SOMETIMES it behooves one to pause and look at things in broad perspectives. On this present trip to the United States, I am very aware how history has swayed back and forth and how history has picked up and dropped that which men fought about so desperately.

In the broadest perspective, there was the colonial era, there was the occupation of regions of South Africa by Britain, there was the march into the interior by frontiersmen conquering and taking land wherever they went. Then there was the Act of Union which gave the invaders and the colonialists and the settlers and the new generation of South African-born and -bred whites, the sole right to rule.

All this was typical of what was happening in the rest of the world where colonialism conquered and established control over foreign places.

Then the world started to move and South Africa started to stand still. During the first half of this century there was a gathering momentum of anti-colonial forces working to rid countries of foreign control and minority white government.

The 1960s saw sweeping changes in Africa and there was Mr. Harold Macmillan making his Winds of Change speech in South Africa. And the world, which was beginning to support the decolonization process, started to react with stricken Western consciences leading the way in pouring scorn on South Africa continuing to do what the West was abandoning.

The internal struggle against racism and apartheid in South Africa began gathering momentum in sympathy with decolonization trends everywhere else. There was a taste of victory in the air; there was anticipation of liberation to come and as the years wore on, impatience turned to militancy.

The newly converted are always more ardent than those long since converted. Countries which abandoned colonialism were eager to support the fight against racism and minority government in South Africa. International platforms were opened up to all who protested against apartheid, and in the United Nations and other international forums, the West was forced to speak loudest amongst all against apartheid.

And then there were the long decades of the growth of opposition to apartheid in South Africa in the sixties and seventies. All the world saw was increasing opposition to apartheid and increasing recalcitrance by successive National Party governments, which spurned world opinion and set about generating the forces of repression which made apartheid the most hideously systematic form of racist oppression in the world.

And there was great, great indignation. There was anger. There was a shaking of fingers, turning to the shaking of fists. And there was increasing sympathy for those who were seen to be brave and militant and reckless even in the fierceness with which they rejected apartheid and fought against it.

The world wanted action and praised every action simply because it was action against apartheid. In South Africa itself, action against apartheid, and the conflict it produced, began calling for more and more strident politics.

And then there was the idealization of confrontation and conflict and even violence. Ever since the mid-1970s, after those fateful events in Soweto on June 16, 1976, the cry was for more militancy, and confrontation ripened the circumstances in which black politics moved away from being constituency-bound to becoming celebrity-bound. Media began creating leaders by acclaiming strident action. Committees were formed to form committees to form committees yet again to elect and re-elect leaders.

And the government of South Africa fuelled the flames of conflict and escalated violence by crushing opposition with ever-increasing brutality to match rising militancy.

And the world — which started pointing fingers and which had moved to shaking fists — began to seek strangleholds over the South African government to force the life out of apartheid. And the people suffered. Scores, hundreds, and indeed thousands, of young black South Africans were used as cannon fodder. I will never forget a remark made by an African National Congress (ANC) leader in the mid-1970s who was taxed with using children as cannon fodder and bringing people out of South Africa, giving them some kind of rudimentary training and sending them back knowing that they were going to be arrested because they were attempting the impossible. The remark was that there are casualties in war and most of the casualties of war are always the innocent.

And in the world there was the view that apartheid could not be reformed, that democracy would have to be wrung out of Whites who would not relinquish their positions of privileged power. The total disbelief that reform would come from within was there in everything which everybody said at the United Nations, at UNESCO, at the World Health Organization, at the International Labor Organization and in every other U.N. agency.

Rhetoric sharpened in the Organization of African Unity (OAU) and there was an adding to the great international outcry by the OAU and non-aligned countries. There was a global condemnation of apartheid with a global disbelief that the end of apartheid would be brought about by the internal struggle.

In all this there were the hundreds of thousands of black South Africans who were daily opposing apartheid fiercely, where they lived, where they worked. They were opposing apartheid in their twos and threes, in their tens and twenties — in their hundreds and in their thousands. They were opposing apartheid where it mattered most — on the ground in South Africa.

But they were out of the world limelight. The focus was not on that which the world believed could not happen. The focus was on the drama, the militancy, the anger and the preparation for revolution.

And to all this there was added European countries coming together to produce a harsh stand against South Africa. And there was the coming together of all the countries in the Commonwealth to produce harsh stands against South Africa.

It was just not understood that this harshness and the sanctions against South Africa which flowed from it, and the support for the politics of confrontation, added to the burden of the poorest of the poor in the country and immeasurably increased the difficulty with which these poorest of the poor were fighting apartheid where they were in their poverty-stricken lives.

And then, perhaps at the height of the disbelief that reform would come from within, and at the height of the clamor for international support against apartheid to take the form of supporting punitive measures and confrontationalism in politics, there was the height of confrontationalism inside South Africa. The United Democratic Front and the Congress of South African Trade Unions emerged and the world clapped and applauded and the South African government acted more harshly than ever.

And then on February 2, 1990, the whole world was proved wrong. Apartheid was going to be reformed from within. In a matter of weeks the world began to see dramatic developments taking place. Mr. Nelson Mandela and other political prisoners were released, banned organizations were unbanned, and suddenly South Africa was open and free to all political parties of all political persuasions.

The world was astounded to see Mr. Mandela and revolu-

tionaries being given freedom and handed on a platter that which they told the world they would have to die for. Their suffering earned their release. They deserved their release, but the ANC did not free them from jail.

We are still in the shock waves of international reaction to the drama of what is taking place in South Africa. There is still a lot of sifting out to do. And I believe that there is a lot of re-analysis and re-thinking to do.

The radical changes taking place in South Africa now are not the fruits of revolutionary activity. They are not the fruits of confrontationalism. Everything of course in the end helped in one way or another. I am not saying that violence and the threat of violence played no role. I am not saying that sanctions and international anger played no role. All I am saying is that the magnitude of what is happening in South Africa cannot be accounted for simplistically.

That which the world did not see happening in South Africa produced a new South Africanism which is now coming to the fore. Institutionalized South Africa is shaking apartheid and laying the foundations for a post-apartheid democracy. It was not revolutionaries who turned all organized mining, commerce, banking and industry to withdraw support for apartheid and to begin employment practices and to evolve business philosophies which were practices and philosophies preparing them for a race-free, multi-party democracy to come.

Sports institutions across the length and breadth of South Africa began moving towards the condemnation of apartheid and step by step sports administrators removed apartheid from their games and their tournaments and their organizations.

In the things that were happening, the world would not recognize, and did not recognize, that there was the development of religious institutions in South Africa moving against apartheid. It was not revolutionaries who made the man in the pew say "no" to apartheid. It was the suffering of Black people. It was Black people themselves and it was growing realization among Whites, Indians and Coloreds that the society we had was wrong.

And then, of course, there was Christianity at work in society at large. There was the witness of great Christians and their suffering as they were penalized for their beliefs. And then there was the continued defense of the valued liberal traditions that there have always been in opposition to apartheid.

And the country's legal institutions turned to say "no" to apartheid. But they were not taught how to say "no" by revolutionaries, they were taught to say "no" by the ugliness of apartheid which they saw all around them. Lawyers saw the consequences of apartheid in terms of human suffering and they said no to it.

And in all the country's institutions of learning there was a growing intellectual revolt against apartheid and what it meant to man and society.

And then there was also the man in the street experience. Apartheid could not keep Blacks out of the economy. Apartheid could not keep Blacks out of the cities. Apartheid could not keep Blacks out of sports. Wherever Whites went, they watched Blacks arriving where they were alone before.

And they learned that the sky did not fall down on their heads when apartheid signs were removed from post offices and park benches. That which the economy was mixing was being assimilated by politics. South Africa is a scrambled egg which cannot be unscrambled and Whites saw this and knew that they had to react rationally.

Of course in the end there were vested interests playing their role. Whites saw total destruction ahead if apartheid continued. They saw that there would be nothing left if violence continued to escalate to the point where there would be a Black/White all-out war with both sides adopting scorched earth policies against the other.

There was a witnessing in South Africa to what happened elsewhere in Africa. And finally the perception grew that the Ian Smith option of fighting to the last would leave Whites with a Lancaster House option of negotiating about the handing over of power to Blacks.

And then there was the more powerful — and perhaps even all-powerful — call of patriotism. White South Africans are indigenous Africans. They have nowhere to go. They have to make South Africa a place they can live in. To do so they have to destroy apartheid. White South Africans who want to live in South Africa — and they all do — will want to have a say in the government of the future even if they do not monopolize power in the future. And so the option of rejecting the Ian Smith choice of fighting to the last began to be more attractive.

And White South Africa has made the jump across the chasm which the whole world thought was impossible. There is White backing for Mr. F.W. de Klerk. Whites want now to negotiate a new deal for everybody. They want now to establish a government under which everybody will be prepared to live.

All the fighting can end and all the calls for revolution are dying down. There is now the licking of wounds, there is still the distrust and there are still the fears that things will go wrong. There is, however, now opportunity and hope. . . . Courage can now turn hope to reality.

Politics in South Africa is not going to be the system versus the rest. Politics in South Africa is going to be all about the extent to which political parties can gather the institutional support that they will need and gather the support of ordinary South Africans that they will need to win elections.

That is, in broad perspective, another way of looking at South Africa, and I ask you all to look at South Africa in that way and re-think American foreign policy toward South Africa; re-examine American perceptions; tease out the implications of the fact that what now is happening in South Africa was regarded as impossible, and it was that perception of the impossibility of reform from within which determined American policy.

SUMMARY OF PEACE ACCORD
SIGNED BY DIFFERENT POLITICAL PARTIES IN THE REPUBLIC OF SOUTH
AFRICA ON 14 SEPTEMBER 1991

PRINCIPLES

South African political parties committed themselves to the establishment of a multi-party democracy in a National Peace Accord on Saturday.

"Democracy is impossible in a climate of violence, intimidation and fear", the document stated.

In order to ensure democratic political activity, participants committed themselves to uphold certain fundamental principles:

- Freedom of conscience and belief.
- Freedom of speech and expression.
- Freedom of association.
- Peaceful assembly.
- Freedom of movement.
- Participate freely in peaceful political activity.

The signatories accepted that democratic sovereignty derives from the people, whose right it is to elect their government and hold it accountable at polls for its conduct of their affairs.

The document noted the need for a non-partisan process of reconstruction and socio-economic development aimed at addressing the causes of violent conflict.

Broadening participation in development projects, affected communities would participate in negotiations involving recipients, experts, and donors. The community should also be able to take responsibility for projects in a coordinated way as close to the grassroots as possible. The parties committed themselves to facilitating the rapid removal of political, legislative, and administrative obstacles to development and economic growth.

"The implementation of a system to combat violence and intimidation will only succeed if the parties involved have a sincere commitment to reach this objective. Only then will all the people of South Africa be able to fulfil their potential and create a better future."

The document noted that violence and intimidation diminished when investigated and exposed through the media.

An effective and credible criminal judicial system requires a swift and just dispensation of justice, in this regard the accord proposed the establishment of Special Criminal Court to deal with unrest related case.

CHAPTER TWO

Code of conduct for political parties and organisations:

To implement its provisions the signatories recognised the essential role played by political parties and organisations as "mediators" in a democratic political process, permitting the expression, aggregation and reconciliation of different views and interests.

All political parties shall contribute to the creation of a climate of democratic tolerance by:

- publicly condemning political violence and encourage an understanding of the importance of democratic pluralism and a culture of political tolerance.
- local and traditional authorities should also support the right of all parties and organisations to have reasonable freedom of access to their members and supporters.

Political parties and organisations are prohibited from:

- killing, injuring, intimidate or threaten any person about his political beliefs.
- destroy or disfigure any symbol of other political organisations.
- obstruct or threaten any person from attending any political gathering.
- seek to force anyone to join a political organisation or resign from any post or office, boycott any occasion, or commercial activity or withhold his or her labour or fail to perform a lawful obligation.

The accord also bars political parties from inciting violence and hatred.

Political parties are also obliged to inform appropriate authorities about the place, date, routing of public meetings, rallies and marches.

The accords binds all political parties and organisations to cooperate with the police in the investigation of violence and the apprehension of individuals.

CHAPTER THREE

Security Forces: General Provisions:

This provides for a set of principles and the setting up of a Police Board.

Apart from stipulating that police will "endeavour to protect the people of South Africa" in a non-partisan fashion, the accord says police "shall be guided by a belief that they are accountable to society in rendering their policing services".

It also says police shall "exercise restraint in the pursuance of their duties and shall use the minimum force that is appropriate in the circumstances".

The Police Board will consist of both members of the public and representatives of the police in equal numbers.

"The board will make recommendations to the Minister of Law and Order in regard to the policy relating to the training and efficient functioning of the police, with a view to reconcile the interests of the community with that of the police."

This section also forbids public funds to be used to promote the interests of any political party or political organisation.

On Dangerous Weapons, it says "the parties agree that no weapons or fire-arms may be possessed, carried or displayed by members of the general public attending any political gathering, procession or meeting".

CHAPTER FOUR sets out the Police Code of Conduct, which enforces police impartiality.

CHAPTER FIVE

Measures to Facilitate Socio-Economic Reconstruction and Development:

This emphasises that development and reconstruction projects must actively involve the affected communities.

The National Peace Committee and the Regional Dispute Resolution Committees will establish permanent sub-committees on socio-economic reconstruction and development.

These will assist the peace structures and take initiatives to implement the reconstruction process. The sub-committees will identify and facilitate areas for reconstruction as well as deal with the immediate effects of violence.

In addressing these issues, attention would have to be paid to the allocation of state resources and the cumbersome nature of governmental structures.

"The sub-committees should identify potential flash points and co-ordinate socio-economic development that will defuse tension. (e.g. squatter settlements and hostels).

CHAPTER SIX

Commission of Inquiry regarding the prevention of public violence and intimidation ("the Commission"):

This section states it was agreed the Commission established by the Prevention of Public Violence and Intimidation Act be used to investigate and expose violence.

"However, to improve the efficacy of the Act in preventing violence it may be necessary to amend the Act, to accommodate the provisions of this Chapter."

The permanent Commission will consist of five people: A judge, or retired judge or senior advocate with at least 10 years experience in the enforcement of the law; a senior advocate or a senior professor of law; and three other duly qualified persons.

The body's functions will include:

- to investigate the causes of violence and intimidation;
- to recommend measures capable of containing the cycle violence;
- to recommend measures in order to prevent further violence;
- to initiate research programmes for the establishment of scientific empirical data on violence; and
- to make recommendations concerning the funding of the process of peace.

"The parties agree that for the Commission to be effective it needs to be a credible instrument.

"It will furthermore only obtain credibility if it is to be constituted after the National Peace Committee has been consulted.

If this condition is met, the establishment of the Commission should be given unconditional support."

CHAPTER SEVEN

National Peace Secretariat, Regional and Local Dispute Resolution Committees:

Although, through the Accord, sufficient instruments would be set up to investigate violence and intimidation and to bring the perpetrators to book, insufficient structures existed to combat the problem at grassroots level.

"It is therefore proposed that committees be appointed at regional and local levels to assist in this regard. These committees will require national co-ordination."

A National Peace Secretariat, comprising of at least four people nominated by the National Peace Committee and one representative of the Department of Justice, would be established.

This in turn will set up and co-ordinate Regional Dispute Resolution Committees (RDRC) and Local Dispute Resolution Committees (LDRC).

RDRC's will be constituted of representatives from relevant political organisations, churches, trade unions, industry and businesses, and local and tribal authorities.

Amongst other duties, the RDRC's will advise the Commission on the causes of violence.

The LDRC's will be constituted by drawing representatives reflecting the needs of the relevant community. This body will create trust and reconciliation between grassroots community leaderships of relevant organisations, including the police and defence force.

They will also, among other duties, settle disputes, agree upon rules and conditions relating to marches, rallies and gatherings; and liaise with police and local magistrates on matter concerning the prevention of violence, the holding of rallies, marches and gatherings.

Additional Justices of the Peace will be appointed after consulting relevant parties and the LDRC's.

CHAPTER EIGHT

National Peace Committee:

The political parties and organisations currently represented on the Preparatory Committee shall constitute the National Peace Committee (NPC) together with representatives drawn from other signatory parties.

This committee will monitor and make recommendations on the implementation of the National Peace Accord and will ensure compliance with the Code of Conduct for Political Parties and Organisations.

The body will have the power to:

- promote the aims and spirit of the National Peace Accord;
- convene a meeting of the signatories where necessary;

- amend the constitution of the National Peace Committee;
- negotiate and conclude further agreements to achieve the objects of the National Peace Accord.

CHAPTER NINE

Enforcing the Peace Agreement between the Parties:

"There should be simple and expeditious procedures for the resolution of disputes regarding transgression of the Code of Conduct for Political Parties and Organisations by political parties and organisations who are signatories of the national Peace Accord."

These disputes should be settled:

- at grassroots level;
- through the participation of the parties themselves; and
- by using the proven methods of mediation, arbitration and adjudication.

Disputes regarding transgression of the Code of Conduct for Political Parties and Organisations shall be referred to the National Peace Committee or a committee to whom it has referred the matter for resolution, if the parties were not able to resolve the dispute themselves.

Where the dispute cannot be resolved by the NPC or the committee to whom it has been referred to by the NPC, it shall be referred for arbitration.

The signatories agree to consult each other in the NPC on methods of ensuring that the Code of Conduct for Political Parties and Organisations is enforceable on all such bodies, including the possibility of statutory enforcement.

CHAPTER TEN

Special Criminal Courts:

Special Criminal Courts will be set up specifically to deal with unrest related cases, cases of public violence and cases involving intimidation.

The Department of Justice, in co-operation with local legal practitioners of the Law Societies and the Bar, should establish project committees to advise the Department of Justice on the administration of the proposed courts.

These courts will not deal with day-to-day crime and as a result will be able to dispose of unrest-related cases swiftly and effectively.

The Criminal Law Amendment Act of 1991, which provides for an effective witness protection programme, will be actively utilised in areas affected by unrest.

For the special courts to be effective, special procedural and evidential rules should apply:

"It is acknowledged that for Special Criminal Courts to be effective, special procedural and evidential rules should apply.

The parties therefore commit themselves to promoting procedural and evidential rules that will facilitate the expeditious and effective hearing of criminal cases."

Note to Canberra: Buthelezi's speech at the signing of the document was four pages long and consisted almost entirely of a quote from the bible. He started off with "In the beginning God created the heaven...etc and ended on the seventh day. He then said: "And Christ ordained that there should be peace. The whole order of God, the universe, this place of South Africa, your neighbourhood, your street and your neighbours were created to live in peace. It is my (Buthelezi) fervent hope that all know that God's creation did not end in Old Testament times. God is busy creating a new order in SA. HE is putting right that which is wrong and He is raising up that which is right. I believe that the National Peace Accord is an instrument of God for equality and justice and we should use it knowing what it is. God created man to live as the vision in the National Peace Accord perceives as the ideal for man. And I believe that when God looks down upon the earth and upon SA in the continent of Mother Africa and sees the killing and the ugliness of hate, He would see the Accord as an instrument He would wish His disciples and all Christians to uphold. HE would expect Muslims, the Hindu and Jew and all political parties to uphold the accord and I commit Inkatha Freedom Party to uphold the Accord. I commit the IFP's leadership to lead to uphold the Accord. And I commit Inkatha's followers to uphold the Accord. And I stretch out my hand and say in these commitments we wish to normalise relationships with every political party and organisation in SA."

A espada 20.9.1991 O JORNAL de Dâmocles

Acordo para a paz já existe, mas subsistem três exércitos rivais e a direita promete a guerra

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

NÃO OBSTANTE a atmosfera optimista que caracterizou a assinatura do histórico Acordo Nacional de Paz, receia-se que as indisfarçáveis divergências que continuam a marcar a distância entre os dois maiores blocos negros do país venham a provocar uma ruptura que constituiria uma tragédia e colocaria definitivamente em perigo a estabilidade sociopolítica da África do Sul.

O documento foi assinado no passado fim-de-semana, por representantes de mais de trinta organizações políticas, entidades religiosas, estruturas sindicais e homens de negócios, que estiveram reunidos durante cerca de oito horas, num hotel de cinco estrelas de Joanesburgo.

O acontecimento constitui motivo para alimentar alguma esperança no futuro de uma África do Sul multiracial, democrática e livre de pressões exteriores, tendo em vista o fim da violência que, em oito anos, vitimou mais de dez mil pessoas em confrontos étnicos travados em áreas residenciais negras.

Os líderes das três principais organizações subscritoras — Frederik de Klerk, presidente e representante do Partido Nacionalista, Nelson Mande-

la, dirigente do ANC e Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha — reconheceram, no local, as dificuldades que surgiriam na aplicação do Acordo Nacional de Paz.

De facto, o documento preparado desde Maio último, pelo Conselho das Igrejas sul-africanas (naturalmente a merecer incondicional apoio da parte governamental) assenta, realmente, em bases frágeis, possíveis de serem de pretexto para todas as eventualidades, «envenenadas» por intrigas políticas.

Para além disso, há situações políticas potencialmente desestabilizadoras que, de forma flagrante, se mantêm, e saíram até reforçadas deste encontro nacional. Por exemplo, o ANC, pela voz do seu líder, anunciou que vai manter em «alerta» o seu exército privado, «até que condições existam que permitam a sua desmobilização».

Na África do Sul continuam, assim a coexistir nada menos que três exércitos: o Nacional, o Inkhonto we Sizwe (Congresso Nacional Africano) e o zulu (Partido Livre Inkatha), cada um dos quais defende os interesses dos respectivos quadrantes políticos e intimidada os seus antagonistas.

No preciso momento em que De Klerk, Mandela e Buthelezi assinavam o Acordo de Paz, em Joanesburgo, na vizinha Pretória, durante o congresso do Transvaal do Partido Conservador, o clima era de rebelião. A direita branca do país preferiu, aí, ameaças de proceder à insurreição armada. Exclamações e gritos «traidor» e «assassino» (referências a De Klerk) ouviram-se, frequentemente, no salão nobre da Câmara Municipal de Pretória.

África do Sul à espera da paz

David Beresford
em Joanesburgo

A ÁFRICA do Sul aguarda ansiosamente os efeitos do histórico acordo de paz assinado na passada semana pelas principais organizações políticas do país. A agitação política manteve-se nas cidades negras do Transvaal durante toda a semana e não surgiu qualquer sinal de mudança que confirmasse o êxito do acordo. Pelo contrário, foi com pessimismo que se assistiu à acção de líder zulu, Mangosuthu Buthelezi, tanto antes como depois da cerimónia formal de assinatura do acordo, num luxuoso hotel de Joanesburgo.

Os comentadores ficaram surpreendidos quando vários milhares de apoiantes do Inkatha apareceram no exterior do hotel e causaram um enorme engarrafamento de trânsito no centro comercial mais movimentado da África do Sul. Os apoiantes brandiam armas «tradicionais» que incluem lanças e zagaias, responsáveis, segundo os seus adversários, por grande parte dos assassinios cometidos nas cidades negras.

O chefe justificou o aparecimento dos seus guerreiros armados como sendo a saudação «tradicional» ao rei zulu, Goodwill Zwelethini, também presente na cerimónia. Mas a desculpa não conseguiu evitar as palavras amargas do líder do ANC, Nelson Mandela, que fez notar que, se os «guerreiros» fossem membros da sua organização, seriam sido inex-

atamente dispersados pelas forças de segurança.

E, como que para reforçar os maus presságios que pairavam sobre a assinatura do acordo, um dos guerreiros do Inkatha foi morto e três dos seus colegas feridos por apoiantes do ANC quando regressavam a casa após a Convenção de Paz.

Não obstante, a cerimónia foi marcada por dezenas de declarações altamente optimistas de dirigentes políticos e religiosos. Um total de 23 organizações, desde grupos religiosos a grupos económicos, juntaram os seus nomes ao documento. O acordo de paz prevê códigos de conduta para partidos políticos e para as forças de segurança; estabelece uma comissão permanente de inquérito com largos poderes para investigar incidentes violentos, «comissões arbitrais» a nível local e regional que deverão ser coordenadas por um Secretariado Nacional de Paz e «ombudsmen» da polícia regional, que serão seleccionados entre os nomes constantes de listas pequenas, elaboradas pela corporação a nível local.

Violência atinge níveis insustentáveis

Como querendo desdramatizar o significado da violência política existente nas cidades negras, a polícia escolheu este momento para revelar alguns números chocantes, indicativos da violência existente na sociedade sul-africana mesmo

se se exclui a violência política.

As estatísticas divulgadas indicam que, por crimes designados «comuns» em oposição aos crimes «políticos», o país está a ser assolado por uma excepcional vaga de criminalidade. No decurso deste ano, foram contabilizados entre mais 8 e 9 mil crimes graves mensais do que na mesma altura do ano passado. Nos últimos 15 meses, foram assassinadas 22 mil pessoas — número sete vezes superior ao das vítimas causadas pela violência política. Ainda não existe uma lista completa dos crimes cometidos neste ano, mas os números podem ser estimados com base nos indicadores do ano passado, que apresentam 15.109 assassinios, 20.321 violações, assaltos no valor de um quarto de milhão e 125.000 assaltos à mão armada.

As estatísticas causaram receios generalizados entre a população e cada um interroga-se sobre quando será a sua vez de ser vítima de um crime. Mesmo a elite branca que vive em «ghettos» privilegiados entre avenidas verdejantes na zona Norte de Joanesburgo sofre de paranóia constante, temendo pelas suas vidas e pelos seus bens — uma paranóia que se pode verificar através dos temíveis cães-de-guarda, dos enormes muros cobertos de placas de ferro que proclamam a protecção de companhias de segurança locais e do tocar constante de sirenes, normalmente de vido a alarmes falsos.

África do Sul: esperança e AK47

Produto de mais de 3 meses de trabalho intenso de líderes das igrejas, dos partidos políticos e do mundo empresarial, o Acordo Nacional de Paz foi assinado no passado sábado num hotel de Joanesburgo.

Apelidado por uns de «Certidão de Nascimento de uma Nação» e por outros de «puro exercício de hipocrisia» (por na mesma semana em que ele foi firmado mais de 120 pessoas terem morrido em actos de violência), o acordo não deixa por isso de constituir um marco histórico e um raio de esperança num período em que a África do Sul se afunda lentamente num lamaçal de assassinatos de raiz tribal, política e de delito comum.

Na Main Street, frente ao hotel onde dirigentes de 29 partidos, organizações sociais e o próprio Estado se comprometiam solenemente a tudo fazer para acabar com a violência e intimidação e a criar mecanismos de fiscalização multilateral, mais de cinco mil

zulus do Partido da Liberdade Inkatha manifestavam-se armados das suas lanças de ferro e escudos de pele, às tão famosas e polémicas «armas tradicionais», com as quais dançaram e cantaram durante horas. Dentro do hotel a presença dos zulus criou algumas tensões. Alguns acharam que tal manifestação de força não vinha a propósito para a ocasião, mas alguns dos manifestantes com quem conversámos disseram-nos que nessa mesma semana adeptos do Inkatha haviam sido abatidos friamente com rajadas de «AK-47» e que eles, os que foram os primeiros a disponibilizar-se para negociar uma solução pacífica, são as grandes vítimas do processo. «A AK-47 é que começou

a matança e a perpetua, não as armas tradicionais» — frisaram.

O documento assinado na Convenção Nacional de Paz, concebido inicialmente como um instrumento para parar a violência, expandiu-se mais e mais à medida que foi sendo redigido. O rascunho final, basicamente negociado pelo governo, o Congresso Nacional Africano e o Inkatha sob os auspícios dos líderes religiosos e empresariais, acabou por apontar mais longe que a simples questão da violência. Defende a implementação de direitos humanos básicos, que serão exercidos sem receio de intimidação, direitos de livre associação e discurso, liberdade de movimentos e participação em actos políticos.

Dirigentes dos bantustões compareceram em força, com destaque para os do Kwazulu, que se fizeram representar em várias delegações, o governo separado do partido Inkatha e

o séquito do rei Zwelithini à parte. Assinaram igualmente o acordo os líderes do Ciskei, Lebowa, Kwandebile, KwaGwane, Gazankulu, Qwaqwa. Muitas organizações de classe e sindicatos, como a COSATU (alinhada com o ANC), Sindicato dos Trabalhadores Unidos da A do S, Federação dos Sindicatos Independentes, entre outros. Partidos políticos foram 15, ficando de fora os da extrema-direita e alguns da esquerda mais radical, como o Congresso Pan-Africanista e o Azapo. Mas estes foram à Convenção explicar a sua posição, o presidente do PAC, Clarence Makweto, explicou que a sua organização tudo fará pela paz, mas que se recusa a colaborar com órgãos do governo, como a polícia e as forças armadas, com esse objectivo, conforme contemplado no acordo.

António Pina,
em Joanesburgo

África do Sul e Namíbia administram Walvis Bay

Em 22 9 91

A África do Sul e a Namíbia formaram uma administração conjunta para o enclave de Walvis Bay, único porto em águas profundas na costa da Namíbia que é, no entanto, território sul-africano, anunciaram fontes diplomáticas em Joanesburgo.

As mesmas fontes adiantaram que ambas as partes decidiram criar uma comissão

técnica comum, encarregada de estudar as funções e as estruturas que funcionarão como administração conjunta.

A África do Sul, que administrou a Namíbia durante mais de 70 anos, depois da I Guerra Mundial, recusou entregar Walvis Bay àquele país, que se tornou independente em 1990 depois de uma guerra civil de 23 anos, levada

a cabo pela Organização do Povo da África Sul-Occidental (SWAPO).

A independência da Namíbia realizou-se no âmbito da resolução 435 da ONU, e foi facilitada pelos acordos de paz para a África Austral, assinados em Dezembro de 1988, em Nova Iorque, entre a África do Sul, Angola e Cuba.

Pretória deverá ter militares neutros

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 DE SETEMBRO DE 1991

O GOVERNO de Pretória e os principais grupos negros da África do Sul estão prestes a chegar a acordo sobre um novo código de conduta militar, que requer uma estrita neutralidade por parte dos militares, desde há muito vistos como os guardiões do domínio branco.

Os dois principais jornais de domingo sul-africanos referiram destinar-se o código de conduta a melhorar a acção e imagem dos militares, que durante anos têm sido acusados de matarem opositores do Governo.

O *Sunday Times* e o *Sunday Star* adiantavam que o código inclui uma cláusula invulgar, que obriga os soldados a desobedecerem a ordens dos seus comandantes que sejam «ilegais» ou visem «promover um grupo político em particular».

O Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, tem defendido que as forças de segurança «são imparciais», mas constatou que «muitos negros vêem a Polícia e o Exército com desconfiança ou manifestam-lhes hostilidade», pelos seus papéis controversos nas cidades satélites das urbes brancas.

APARTHEID INDEX: Statistics of inequality

Stark evidence of apartheid's impact on the people of South Africa is provided by the latest Apartheid Index.

Although the government asserts that there are few political prisoners still in jail, figures from the Human Rights Commission reveal that, in fact there are 946 persons held and another 1,000 unaccounted for.

There are 138 political trials presently under way involving 1,377 individuals. This means that as persons are convicted, the number of political prisoners will quite likely increase.

The Apartheid Index is compiled quarterly by the Southern African Research and Documentation Centre (SARDC) as a way of comparing statistically, movement in South Africa away from apartheid to a non-racial democracy.

The latest Index, for example, makes it clear that the level of violence so far this year is almost as bad as 1990 with more than 1,500 killed in the first six months of 1991, compared with 3,600 for all of last year.

Despite the fact that "reform" has been under way for 18 months, there have been more people charged with illegal gatherings (2,567) since January this year than in all of 1990 (2,012).

The Index makes comparisons about the levels of violence, the state of exiles, disparities in income, health and education between blacks and whites, the economic indicators, environmental degradation, homelessness -- indeed, the entire range of apartheid's effects on South Africa.

The country's "culture of violence" is appalling. The Index shows that, on a daily basis, 35 people are murdered, 36 die of culpable homicide and 30 are killed in the highways. There are some 150,000 reported attempts at suicide each year.

An astonishing range of comparisons are revealed. The government spends R2,300 per capita annually on support services for its white minority, but only R420 per capita for its black majority.

Also highlighted in the Index is the incidence of homelessness -- more than 5,000,000. The country needs 3.4 million housing units urgently, 90 percent of them for blacks, only one percent for whites. As the Index reveals, there are 864 squatter camps in South Africa with a combined population in excess of 2 million.

SARDC, an independent institute based in Harare, Zimbabwe, compiles its figures from a variety of sources including universities, human rights agencies, government departments, research groups, liberation movements and monitoring organizations. These are carefully checked to cover as broad a range of subjects as possible.

A recent statistic which has emerged is the high rate of child labour in direct contravention of the United Nations Convention on Children's Rights. More than 60,000 children, some as young as eight work terribly long hours in the fields of South Africa's white farms.

Throughout the Index -- which is a companion document to Apartheid Update also produced by SARDC -- the statistics indicate that more is being said about reform than is being accomplished.

For the first half of 1991 there were 1,322 activists and members of their families killed by vigilantes and government hit-squads. Another 1,433 were injured.

15 September, 1991

APARTHEID INDEX

15 September 1991

Number of people killed in political violence

January 1985 to June 1991: 10,589
 January 1985 to December 1989: 5,390
 January to December 1990: 3,699
 January to July 1991: 1,500

Number of people charged with illegal gathering:

Jan-Dec 1990: 2,012 Jan-Jul 1991: 2,567

Number of people charged with public violence:

Jan-Dec 1990: 4,789 Jan-Jul 1991: 521

Number of people charged with terrorism:

Jan-Dec 1990: 269 Jan-Jul 1991: 99

Number of people charged with assault:

Jan-Dec 1990: 399 Jan-Jul 1991: 440

Number of people charged with murder and attempted murder:

Jan-Dec 1990: 1,785 Jan-Jul 1991: 1,404

Number of people charged with arson:

Jan-Dec 1990: 978 Jan-Jul 1991: 570

Average daily death of people in 1991 involving

murder: 35
 culpable homicide: 36
 road death: 30

Total number of political prisoners

At the end of April 1991: 1361

At the end of July 1991: 946 known
 plus up to 1,000 more as yet unidentified

On-going political trials as at 25 July 1991: 138
 involving 1377 accused

**Percentage of world-wide legal executions since 1984 which
 took place in South Africa: 47%**

Number of state executions in SA since 1980: 1,100

Number of common law prisoners on death row

At the end of December 1990: 270

At the end of May 1991: 307

At the end of July 1991: 312

Number of political prisoners on death row

At the end of December 1990: 55

At the end of April 1991: 37

At the end of July 1991: 17

Number of political and common law prisoners sentenced to death since February 1990: 72
Number of known detainees who died in police custody between 1964 and 1991: 80
 in 1990: 9
 in 1991: 6

Number of known activists and their families attacked by vigilantes and government hit squads in 1991:
 Killed: 1322 Injured: 1433

Country with highest per capita prison population in the world: South Africa
Number of inmates: 110,000
Number of people detained without trial 1989-1991: 2,543
Percentage of detainees released without charge: 75-80%
Percentage convicted: less than 5

Number of SA exiles eligible to return under ANC-Government agreement: 40 000

According to SA government statistics on 30 April 1991
Number of indemnity applications received: 5,872
 Number processed: 4,585
 Number refused or referred to committee: 90
 Number dealt with individually: 55
Number approved: 1,527
 Number pending: 1,287

Total Amount of 1991/92 budget: R84,9bn
Amount allocated for:
 defence: R9 bn - 10.6% (-8.8%)
 police: R5 bn - 5.9% (+53%)
 secret projects: R380mn - 0.4% (+16%)
 health: R9,174bn - 9.6% (-12.1%)
 education: R16 bn - 18.8% (+16.1%)

Government per capita spending in 1990:
 R2,300 per person for 5 million whites
 R420 for 28 million blacks

South Africa's inflation rate at the end of June 1991: 15,9%
 for upper income group: 15,8%
 middle income group: 16,5%
 lower income group: 15,9%

Number of homeless people in South Africa (excluding homelands):
 over 5 million

Shortage of housing in South Africa (including homelands):
 3,4m units
Percentage needed by
 Africans: 90 Coloured: 6,5 Indians: 2,5 Whites: 1
Number needed to be built each year: 320 000

Number of squatter camps in South Africa: 864
Number of inhabitants in the camps: +2 million